

EM TEMPO:

Quinzenário nacional • Ano VI • Nº 163 • De 2 a 15 de dezembro de 1982 • Cr\$ 100,00

O PT
E AS
ELEIÇÕES

Págs. 2 a 9

FORA REAGAN

- **A grande derrota eleitoral da ditadura**
- **O balanço da campanha e as novas tarefas do PT**
- **Lula e Weffort rebatem as críticas da direita**
- **Diadema: Gilson fala do PT na prefeitura**

As mulheres na Nicarágua

Um discurso de Tomás Borge sobre a questão da mulher na revolução sandinista

Págs. 14 e 15

A nova Comissão Nacional pró-CUT

As resoluções da reunião sindical nacional de Brasília

Pág. 11

As eleições e a conjuntura

A grande derrota eleitoral da ditadura

O governo sofreu uma contundente derrota eleitoral mas, momentaneamente a ditadura se viu fortalecida com a canalização da insatisfação popular para os partidos da oposição burguesa.

Mais de 60% dos brasileiros que foram às urnas do dia 15 de novembro votaram contra o governo, votaram em partidos de oposição. Não foi uma derrota eleitoral tão avassaladora quanto se previa mas mesmo assim de uma dimensão irrefutável.

Em uma eleição cercada de casuismos e amarrada pelo esquema da vinculação que beneficiava enormemente os partidos dotados de maior máquina, na qual se bateram todos os recordes de corrupção eleitoral, o PDS venceu no nordeste (Pernambuco, Ceará, Alagoas, Maranhão, Sergipe, Paraíba, Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte), um estado do centro-oeste (Mato Grosso) e dois do sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina). Apenas em Pernambuco, o PMDB disputava com mais chances e mesmo derrotado teve o seu número de prefeituras ampliado de oito para quarenta. A vitória do PDS no Mato Grosso foi por escassa margem de votos e há provas de que foram praticadas muitas fraudes (cerca de 800 menores votaram e cerca de cinco mil eleitores votaram mais uma vez). Se o PDS foi o partido mais votado no Rio Grande do Sul, não se pode deixar de dizer que o foi com menos de 1% em relação ao candidato peemedebista e com pouco mais de um terço dos votos. E, finalmente, em Santa Catarina a diferença de votos entre Espiridião Amin (PDS) e Jaison Barreto (PMDB) foi de apenas onze mil votos!

O alcance da derrota do PDS fica mais evidente quando se nota que os governos estaduais oposicionistas englobam cerca de 60% da população do país. E ganha uma dimensão estrondosa quando se percebe que os estados que serão administrados por estes governos produzem 74,9% do Produto Interno Bruto brasileiro. Em São Paulo, estado que é responsável pela geração de 40% do PIB, o PDS sofreu a mais desastrosa derrota eleitoral com 25% dos votos.

Os resultados eleitorais, mesmo extremamente distorcidos pela legislação ditatorial e pelo poder econômico, mostra que o governo é amplamente minoritário no país. E é nos estados onde o capitalismo mais se desenvolveu e são maiores as concentrações urbanas que a ditadura, suporte e instrumento maior da expansão capitalista nos últimos dezoito anos, sofreu as maiores derrotas eleitorais.

Fraude institucionalista

O PDS perdeu por pouco a maioria absoluta na Câmara dos Deputados, mas continuou com a maior bancada. Isto apesar da diferença de votos para a oposição e de, mesmo individualmente, não ser o partido mais votado. A inversão ocorre porque a atual legislação eleitoral garante aos estados menos populosos uma representação super-dimensionada na Câmara. Para se ter uma idéia, o

Estado de São Paulo tem uma população onze vezes maior do que Sergipe mas tem uma representação na Câmara apenas sete vezes maior.

Idêntica "fraude" ocorre no colégio eleitoral que deve escolher o futuro presidente do país, a prevalecer o sistema de eleição indireta em vigor. E aqui a inversão é ainda mais flagrante: o PDS obtém uma folgada maioria absoluta, cerca de 358 delegados contra 328 dos quatro partidos de oposição somados. O colégio eleitoral é integrado pelos 479 deputados federais, pelos 69 senadores e por 138 delegados representantes do partido majoritário nas 23 assembleias legislativas. O PDS é majoritário porque à distorção da representação na Câmara, são somados seus senadores biónicos além de uma super-representação no colégio eleitoral dos estados menos populosos. Pois cada estado, independente de sua população e seu número de eleitores, tem seis representantes no colégio.

Estes casuismos são extremamente importantes para o governo neste próximo período. A ditadura, trabalhando em uma Câmara basicamente conservadora, poderá compensar a perda de sua maioria absoluta com composições com o PTB e com setores do PMDB. E poderá administrar a sucessão de Figueiredo de maneira mais folgada, podendo ter mais espaço para acomodar as suas dissidências internas.

A corrente da conciliação

Embora não tivesse obtido os resultados esperados nos estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro, o PMDB foi o grande beneficiado pela torrente de votos dirigidos à oposição. Obteve cerca de 44% dos votos, elegendo governadores em nove estados.

Três razões explicam fundamentalmente esta grande votação: o fato deste partido ter uma máquina política — parlamentar superior aos demais partidos de oposição; o esquema da vinculação dos votos que forçou a bi-polarização do pleito na maioria dos estados; o fato deste partido expressar a tradição da oposição parlamentar e as ilusões parlamentaristas da grande massa da população as quais se viram reforçados com a realização das eleições.

A grande maioria das vitórias eleitorais peemedebistas se deu nos estados onde o partido se alimentou de dissidências do PDS e onde setores importantes do empresariado emprestaram apoio às suas candidaturas. Foi assim no Pará onde Jäder Barbalho contou com o apoio do atual governador do estado Alacid Nunes; em Goiás onde Iris Resende (governador eleito pelo PMDB) contou com o apoio do ex-governador Irapuan Costa Júnior que recrutou quatorze prefeitos antes fiéis

ao PDS; o governador peemedebista eleito no Amazonas é simplesmente egresso do partido do governo, assim como Gerson Camerata, do Espírito Santo; Wilson Barbosa Martins, governador eleito no Mato Grosso do Sul, foi apoiado pelos ex-governadores Marcelo Miranda e Harry Amorim e pelos senadores Saldanha Derzi e José Fragelli; José Richa, governador eleito no Paraná, teve o apoio de Jayme Canet, ex-governador.

Franco Montoro, além de integrar em sua chapa majoritária o ex-ministro dos governos Castelo Branco e Geisel, o empresário Severo Gomes, contou com o apoio de dirigentes da FIESP (como Mário Amato e Manoel Garcia Filho), de Olavo Setúbal, presidente de um dos maiores conglomerados financeiros do país, de Antônio Ermírio de Moraes dirigente do Grupo Votorantim (o maior grupo empresarial privado nacional). Tancredo Neves, em uma pesquisa realizada pela revista *Exame* em agosto deste ano, liderava por alguns pontos em relação a Eliseu Resende a preferência do empresariado mineiro.

Profundamente penetrado pelas dissidências conservadoras do partido do governo, criando raízes no grande

empresariado, o PMDB consolida cada vez mais a sua natureza de partido de centro-direita. Os primeiros movimentos e declarações dos governadores peemedebistas eleitos (ver quadro) refletem uma tal opção pela conciliação com a ditadura que chega a escandalizar até os mais incrédulos da vocação oposicionista do PMDB.

A votação no PMDB tem dois significados imediatos: o de reforçar o processo de abertura e a legitimidade do regime na medida em que este partido não questiona a existência da ditadura; o de colocá-lo como principal interlocutor do governo para a administração do processo distensionista e da crise econômica. Contrariamente, como depositário das expectativas de liberalização e melhores condições de vida, o PMDB ficará numa posição incômoda para avaliar medidas repressivas e que contrariem frontalmente os interesses econômicos dos trabalhadores.

A vitória de Brizola

A vitória do PDT no Rio de Janeiro é explicada, de um lado, pela vulnerabilidade da candidatura peemedebista (expressamente ligada a um governo impopular e extremamente conciliador) e, de outro, por características específicas do colégio eleitoral fluminense (a sua concentração e

A corrente da conciliação

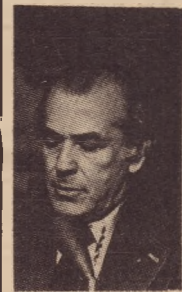
Franco Montoro



Eu não vou alterar um milímetro do meu programa para atender a qualquer

reivindicação radical. E quero acrescentar que não tive e não tenho qualquer compromisso com grupos radicais (...). A radicalização, além de não resolver os problemas, pode provocar reações que correspondam a um retrocesso.

Leonel Brizola



Há um lugar na história do país para o presidente da República, João Figueiredo. Lugar pela tenacidade com que vem desenvolvendo esforços para a conquista de novos espaços democráticos.

Tancredo Neves



A oposição erra ao insistir na tese da Constituinte quando se sabe que teria de ser convocada por ato do presidente da

República e do Congresso. No primeiro caso, o presidente recusa-se a examinar a idéia; no segundo, haveria necessidade de dois terços dos votos do Congresso. Por isso, a discussão é acadêmica e estéril.

Iris Resende



Os governadores eleitos não devem ficar em eterno desafio ao governo central.

Editorial

O PT contra a conciliação

A derrota eleitoral da ditadura expressa nas urnas do 15 de novembro não significou, nem significará por si só, o fim do regime militar e a conquista da democracia para o povo brasileiro.

A via pela qual o basta da maioria da população se expressou, fundamentalmente as oposições burguesas, irá agora tentar canalizar este descontentamento pelos caminhos da conciliação com o regime e não no rumo da sua supressão.

Uma nova situação se abre portanto, onde o PT passará crescentemente a figurar como a única força política efetivamente oposicionista à natureza do regime que se impôs desde 1964.

Por isso mesmo é que logo após os resultados as classes dominantes, nos seus mais distintos segmentos e expressões, se apressam a desencadear sobre o partido uma série de ataques, visando extirpá-lo da cena política. Pois, sem dúvidas, o PT será uma presença incômoda e perigosa, permanentemente se recusando a participar e denunciando o novo pacto das classes dominantes contra os interesses populares.

Estes ataques ecoaram até mesmo dentro do partido com várias vozes petistas saindo a público lançando críticas à "campanha radical do PT", como tendo sido a responsável por seu modesto desempenho eleitoral.

A estes fica o recado já lançado por Lula e que certamente será ratificado nos debates que se seguirão agora dentro do partido: se querem uma carreira fácil nos parlamentos, melhor que procurem outras legendas...

Pois ao PT o que cabe agora é justamente aprofundar e fortalecer seu caráter de partido operário de massas, visceralmente antagônico ao regime militar e à exploração capitalista. Somente precisando sua linha política e buscando desmascarar a conciliação anti-popular é que o partido poderá crescer em influência e confiança dentro da nova conjuntura que se abre no país.

Para isso o PT tem que enfrentar rapidamente suas debilidades. Ligar-se mais estreitamente com o movimento de massas, em particular com a luta sindical, estruturar-se organicamente como um real partido dotado de instrumentos para a intervenção nas lutas, e precisar sua linha política contra a ditadura armando-se de propostas claras e que se farão agora cada vez mais necessárias como é o caso da Assembleia Constituinte.

As lições deixadas pela batalha eleitoral são muitas e deverão ser corretamente assimiladas para o enfrentamento das próximas eleições dentro de quatro anos. Mas o aspecto central da discussão que se abre agora no partido é a preparação do PT para enfrentar os desafios imediatos da luta de classes dentro da nova conjuntura pós-eleitoral do país.

densidade urbana) que compensam as deficiências da máquina partidária.

Expressando um conjunto de alianças menos conservadoras do que a dos governos peemedebistas, Brizola procurará, na administração de seu governo, se diferenciar no sentido de abrir caminho para a formação de um novo partido (o partido "socialista", na verdade, com pretensão de se afirmar como social-democrata). Figura ligada historicamente a um dos movimentos nacionalistas mais radicalizados do período pré-64, a vitória de Brizola é, sem dúvida, a mais difícil de ser absorvida pela ditadura.

No entanto, para trilhar o seu caminho de construção de um partido de conciliação de classes, Brizola dificilmente ultrapassará o quadro de conciliação com a ditadura. Isto fica claro em sua campanha (evitando uma posição mais contundente em relação ao governo federal), na sua relação com a federação patronal carioca e nos elogios rasgados ao general Figueiredo após as eleições.

Ofensiva contra o PT

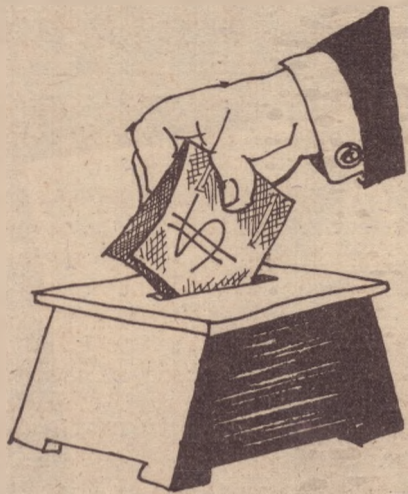
"A derrota dos radicais" foi a manchete em letras grandes de um grande jornal da imprensa paulista logo que os resultados eleitorais permitiram alguma avaliação de tendências. A frase síntese que, expressa o fato de a esmagadora maioria dos votos terem sido dados ao partido do governo ou ao partido moderado de oposição foi tema predileto dos analistas políticos de variadas cores.

E nada mais natural que a conclusão fosse voltada diretamente contra o PT. Se para o presidente do PDS, "o povo brasileiro é conservador e demonstrou nas urnas ser contra qualquer radicalismo", para Murilo Macedo a baixa votação do PT "demonstra um amadurecimento do trabalhador que separa a política do sindicato". E de acordo com Ludwig — porta-voz do Planalto — o governo está muito satisfeito com o frágil desempenho eleitoral do PT. Concluiu: "tem gente que tem mania de falar em nome do povo. Agora quem tiver 6% dos votos vai ter que especificar que estará falando apenas em nome de 6% dos eleitores."

Já o candidato derrotado do PDS ao senado paulista, o empresário Papa Júnior foi mais delicado. Reconheceu a sua derrota para o seu colega Severo Gomes e completou afirmando que pelo menos os paulistas não haviam dedicado as suas preferências ao Partido dos Trabalhadores.

Os resultados do processo eleitoral significam um passo à frente na consolidação do projeto de abertura a curto prazo. Se a ditadura perdeu o controle direto de uma série de administrações estaduais, inclusive os estados mais importantes, a sua legitimidade cresceu bem como a sua capacidade de cooptação das oposições burguesas.

A consolidação do PMDB como partido de centro-direita, a sua vinculação crescente com setores da burguesia, a



sua maior inserção no aparelho do Estado, indicam que há uma tendência de que a oposição burguesa vá ajustando suas propostas àquelas do núcleo dirigente da ditadura e não uma perspectiva de confrontos políticos crescentes entre as partes.

Reforço das instituições

Isto, no entanto, não quer dizer estabilização político-institucional do regime. A crise de direção burguesa não está resolvida, nem há ainda um caminho apontado para a superação da crise econômica. Conflitos inter-burgueses localizados continuarão a ocorrer. Não se pode dizer nem mesmo que houve uma estabilização político-institucional do regime que apesar de ter o PDS renovado em algumas regiões viu a sua base de estruturação — a política de clientela — quebrada em vários estados com a perda de governos estaduais. Mesmo ao nível dos partidos não há ainda uma estabilidade assegurada. E não se resolveu uma questão fundamental: o controle burguês sobre o movimento de massas.

Mas os resultados eleitorais funcionam, portanto, como mecanismos de fôlego para a burguesia, com a canalização dos conflitos inter-burgueses para o projeto de

abertura e apontando, como passo seguinte, tentativas de estabelecer um pacto social no sentido da contenção do movimento de massas.

Os limites da farsa

Enquanto o país inteiro se voltava para as eleições e os seus resultados, a crise econômica seguia a sua lógica implacável. Praticamente nocauteado pela dívida externa, o governo brasileiro, na surdina, deu passos decisivos rumo ao Fundo Monetário Internacional, fato que terá enormes consequências sobre a conjuntura política do país e a vida dos trabalhadores. A ida ao FMI condiciona os parâmetros da gestão da economia e não foi sem razões que Delfim, ministro de um general momentaneamente colorido de legitimidade, veio a público declarar que a lei salarial terá sim que cair.

As instituições que a ditadura pretende estabilizar terão que se formar sob o açoitado de uma das piores e mais profundas crises econômicas que o país passou. E a crise econômica significa sempre reforço das tendências à radicalização, à divisão das diversas frações da burguesia. É neste quadro que os novos governos do PMDB, num contexto de profunda dependência do governo central, terão de provar a sua profissão de fé de que democracia e melhores das condições de vida poderão vir sem que se golpeie fundo a ditadura e a burguesia.

Se é certo que para o movimento operário retomar um novo ascenso de forma mais ampla precisa construir a sua unidade no movimento sindical — o que depende da evolução de um jogo de forças ainda indefinido ao nível das inter-sindicais — este não sofreu nenhuma derrota desmoralizante e paralisações localizadas continuaram a ocorrer durante todo este período. O alento criado pela derrota da ditadura em uma série de estados, a provável queda de lei salarial poderão funcionar como elementos incentivadores da mobilização.

O PT terá diante de si dois grandes desafios. O primeiro de procurar ir ocupando o papel de campeão da luta contra a ditadura, pelas liberdades democráticas, demonstrando a conciliação dos partidos da oposição burguesa; jogar o seu peso na construção de um novo ascenso do movimento de massas que coloque os trabalhadores como sujeitos centrais da conjuntura política do país e não mais como caudatários das ilusões de partidos da burguesia.

FRAUDE NO RIO

Coronel, Rede Globo e Planalto envolvidos na trama

A cada dia que passa ganha contornos mais nítidos o poderoso esquema montado para fraudar as eleições no Rio de Janeiro em favor do candidato do PDS, Wellington Moreira Franco. As apurações no Rio vinham chamando atenção pelo fato de que os resultados oficiais divulgados desmentiam todas as prévias e computações realizados por outras fontes. O esquema envolvia uma empresa de computação, a Proconsult, a cadeia de jornalismo Globo e, sem dúvida, tinha ramificações até o centro do poder.

Não havia logo nos primeiros dias de apuração nenhuma razão para que um ministro militar desse uma entrevista acusando Leonel Brizola de incendiário e assegurando que o vitorioso das eleições no Rio seria o candidato do PDS. Apenas a confiança de que uma fraude estava se processando no sentido de desvirtuar os resultados eleitorais daria tal certeza e arrogância ao ministro Délio Jardim de Matos.

As informações divulgadas pelo **Jornal do Brasil**, cujo esquema de apuração colidia com os oficiais divulgados pela Rede Globo, indicam os principais momentos da montagem da trama. O coronel Haroldo Lobão foi contratado pela empresa Proconsult especialmente para dirigir a programação da apuração das eleições no Rio; o funcionário responsável do **Jornal do Brasil** pela computação dos dados, provavelmente subornado, procurou convencer os editores do jornal que o número crescente de votos em branco na capital acabaria por dar a vitória eleitoral a Moreira Franco; ao mesmo tempo, o vice-presidente da Proconsult, Arcádio Viana, pressionava os diretores do jornal.

O esquema de fraude consistia na transferência dos votos em Brizola para brancos. Com a descoberta de desacertos nos dados divulgados, com a colisão da apuração oficial com os resultados divulgados por outras

empresas, com as denúncias de possibilidade de fraudes feitas pelo PDT, o sigilo da operação veio a baixo. Coincidentemente foi apenas quando a fraude começava a ser apurada, no dia 23, que Moreira Franco veio a público reconhecer a vitória eleitoral de Brizola.

A quatorze dias das eleições, quando todas as apurações nos demais estados do país já haviam cessado, tamanho era o escândalo que o TRE fluminense decidiu intervir desqualificando a Proconsult e determinando a abertura de inquérito para apuração da fraude. Mas alguém tem dúvida de que os resultados do inquérito não darão em nada, como aliás ocorreu com o do Rio-Centro? E pode-se duvidar algum momento que um tal esquema de fraude, envolvendo grupos tão poderosos, seria montado sem o consentimento e conivência do SNI e do próprio general Figueiredo?

Balanço eleitoral do PT

A ditadura baixou um plebiscito sobre eleições

Os resultados eleitorais conseguidos pelo PT são extremamente importantes para a formulação dos novos passos a serem dados. Uma simples verificação dos mesmos indica que eles estão em contradição com a influência e a potencialidade da proposta do partido. Compreender esta contradição e superá-la é parte da grande luta que iniciamos já há alguns anos.

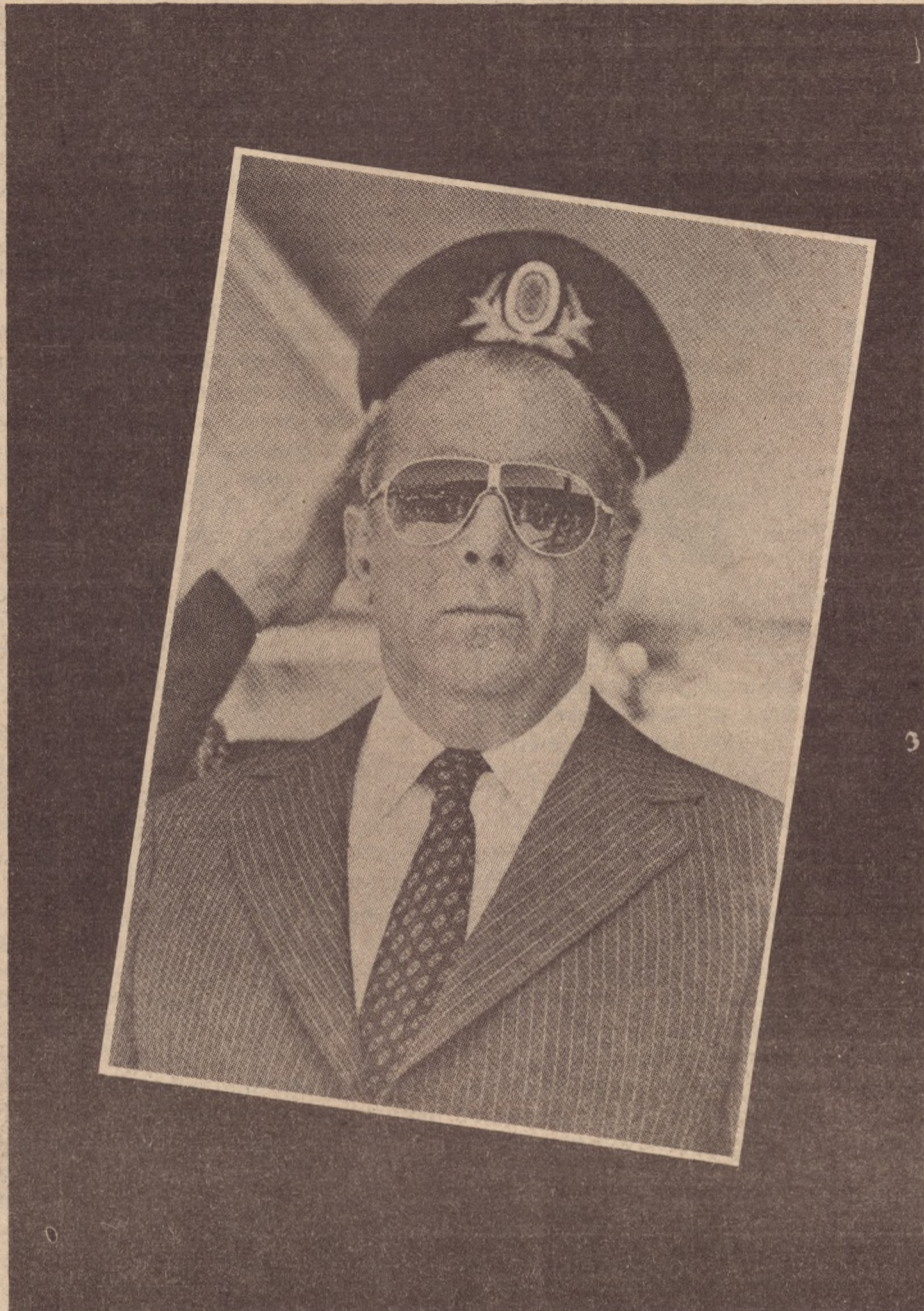
Em qualquer eleição burguesa, os trabalhadores já participam em condições de desvantagem. Mesmo nos países onde as tradições democráticas são reais, o que não é o caso do Brasil. O processo eleitoral brasileiro não foi nada democrático. As regras do jogo eleitoral foram mudadas ao bel prazer de uma ditadura militar, em função de sua política de institucionalização sob forma de uma certa "democracia forte" controlada, ou seja, de um regime que tenha uma máscara democrática, com um parlamento com uma imagem de independência, mas onde o controle real do poder se mantenha nas mãos da fração das classes dominantes hoje hegemônica.

Não se pode compreender o processo eleitoral e seus resultados, nem mesmo a situação política mais geral do país, se não se compreende este quadro mais geral das eleições burguesas e o quadro particular da ditadura. Não estamos vivendo resquícios de autoritarismo, como já falam certos intelectuais ligados às oposições burguesas. Estamos vivendo ainda um regime claramente militar.

Em qualquer eleição burguesa os trabalhadores já entram em desvantagem. Muito mais então quando estas eleições são planejadas, preparadas e dirigidas por uma ditadura militar.

Basta ver as mudanças que os governos Geisel e Figueiredo introduziram na legislação eleitoral. A Lei Falcão e a vinculação dos votos foram ataques ditatoriais aos direitos democráticos do povo brasileiro. O voto vinculado foi fatal para o PT, em termos eleitorais. Facilitou que as eleições ficassem uma disputa entre o PDS e a oposição burguesa, deu a força máxima ao argumento do "voto útil".

O governo usou todos os meios ao seu alcance. Buscou todas as formas para condicionar os seus resultados. Os meios de comunicação foram usados de forma escandalosa neste sentido. Transmitiu-se ao conjunto do eleitorado que o PT não estava concorrendo de fato, mas sim que estava fazendo uma propaganda dos seus objetivos para o futuro. Isto é uma forma de dizer que votar no PT era apenas marcar posição. A idéia reacionária e anti-operária do voto útil, conseguia com isto um reforço. A notícia de que os votos do PT, nos municípios onde não tinha candidatos, seriam nulos, ajudou neste mesmo sentido. Por último, as listas, no caso do Rio, foram publicadas erradas, com o nome do Partido Trabalhista e com nomes e números dos candidatos trocados ou errados. Isto demonstra bem que o governo usou uma pressão muito violenta em cima do PT. Além disso foram muitos bilhões de cruzeiros, gastos pra conseguir resultados pró-governo. O próprio Figueiredo viajou diversas vezes pelos principais estados do país para fazer



a campanha do seu PDS, e para pressionar e corromper os dissidentes burgueses. Dinheiro é que não faltou para isto. Era necessário se criarem as bases para a transição à "democracia controlada" prevista pelo governo militar. E o PT, é óbvio, não faz parte destes planos. Ele é a grande alternativa de construção de uma direção de combate contra o regime e o seu governo.

O resultado das eleições, no entanto, significou uma derrota eleitoral do partido na medida em que o PT não conseguiu, mesmo neste quadro adverso, traduzir em votos toda a sua influência e potencialidade.

É verdade que o resultado das eleições significa uma derrota eleitoral para o PT. Não mais que isto. E significa uma derrota eleitoral na medida em que não reflete a influência e a potencialidade de sua proposta.

Esta derrota eleitoral serviu para destruir alguns mitos e algumas acusações. Um deles é de que o PT seria um partido da Igreja ou impulsionado por ela. É verdade que entre os petistas existem muitos católicos, como existem também de outras religiões e também não

religiosos. Todos eles estão no partido pelo fato de serem combatentes trabalhadores, e não por qualquer outro motivo. Basta ver os dados eleitorais para se comprovar que a Igreja não mandou votar massivamente no PT. Em São Paulo, por exemplo, segundo variadas fontes, o arcebispo D. Paulo Evaristo Arns, dias antes das eleições, expediu orientação para que as comunidades de base votassem no PMDB. Outro mito é de que o PT seria hoje um agrupamento com apoio de classe média e intelectualidade e não de trabalhadores. Os dados indicam que também estes setores foram tocados pela tese do voto útil. Os resultados eleitorais indicam muito claramente que o PT conseguiu se sair bem eleitoralmente justamente nas áreas operárias, principalmente naquelas que tiveram uma experiência de luta sindical com a direção petista. Este é o exemplo da votação do grande ABCD, que tornou as lideranças sindicais da região os candidatos mais votados do PT no estado de SP.

Havia uma certa ingenuidade, uma certa ilusão de boa parte dos petistas em relação aos resultados eleitorais. Isto era mais que normal. Falta uma experiência neste tipo de luta. E, temos que reconhecer, os resultados eleitorais estiveram em contradição com estas ilusões. Houve então um choque. Houve um sentimento de derrota. No entanto, apesar disto o PT

hoje é algo vivo, é um fator real na política brasileira. E a luta de classe no seu ascenso pode mudar totalmente este quadro.

Os saldos positivos da campanha: um milhão e meio de votos, uma expressiva base de massas em São Paulo e muita experiência de luta para relançar agora a batalha num nível superior.

Neste momento, contudo, a situação política eleitoral criada pode provocar uma certa mudança desfavorável na correlação de forças entre o PT e seus adversários. Por exemplo, uma ofensiva mais forte, (e com o respaldo político de ter um governo estadual importante nas mãos) de Brizola em busca da construção de uma agremiação partidária combinando o trabalhismo com ares de social-democracia. Ou então um reforço dos tradicionais reformistas, usando o respaldo de governos da oposição burguesa, na busca de se reforçarem ao nível sindical para desempenharem um papel nas negociações da política de conciliação nacional, que em parte já está em andamento. Igualmente pode se prever maiores pressões em cima do PT, principalmente sobre os parlamentares e a direção. Pressões que visam evitar que o PT continue a trilhar pelo caminho da independência de classe.

Nestes últimos dias têm surgido muitas críticas ao comportamento eleitoral do partido. É verdade que houve erros. Não cremos que tenham sido eles, no entanto, os responsáveis maiores pelos resultados eleitorais, eles não mudariam fundamentalmente estes resultados. Outros fatores, principalmente a existência da ditadura e da sua política de institucionalização, é que foram os mais determinantes. É uma balela acreditar a estes erros tal força. As críticas de "radicalismo" e coisa do estilo fazem parte das pressões burguesas para desgastar e destruir a proposta petista. São críticas burguesas ou críticas direitistas. Pode-se até reconhecer que as críticas ao PMDB foram muitas vezes simplistas. Mas, no fundamental, foram corretas — serviram para diferenciar a proposta classista das teses conciliadoras burguesas. Na realidade, o que faltou foi o PT precisar melhor sua política contra a ditadura e manter uma campanha unitária e mais ligadas às lutas. Ou seja, faltou uma política que combinasse a luta pelo fim da ditadura militar e a formação de uma Assembleia Constituinte Democrática e Soberana. E uma campanha mais unitária, mais ligada às bases, às lutas concretas. Uma campanha que desse condições aos trabalhadores e ao movimento popular de sentir que o PT estava ligado às suas lutas do dia-a-dia e ao seu destino como explorado, como discriminado. Esta falha evitou que se tornasse mais claro para as amplas massas de trabalhadores que existe uma ligação entre sua luta dentro das fábricas, nos bairros e no sindicato, e a política partidária. Este vínculo, onde ele se tornou claro, produziu resultados altamente positivos como é o caso do ABCD. Nestas regiões o PT teve a sua mais alta votação.

Mesmo na derrota eleitoral o PT continua. E agora, com o respaldo de cerca de um milhão e meio de votos nacionalmente, e reforçado pelas bancadas eleitas, dos vereadores aos deputados.

As novas tarefas do partido

Construir o PT como partido operário de massas

Após as eleições, o PT entra em uma nova fase da sua vida, e mais difícil do que as que já viveu. O partido foi confrontado com uma derrota eleitoral: nas condições da eleição realizada, os votos obtidos ficaram muito aquém da sua força política. Mas mostraram que no conjunto do país a implantação do PT ainda é muito inicial.

As eleições não são a única dificuldade em que o PT esbarrou na sua construção: até agora, na verdade, ele não funciona como um partido real de intervenção. Ainda não unificou as suas forças no movimento sindical, não definiu uma estratégia clara de luta. No confuso processo que vem se realizando de preparação do próximo CONCLAT e de construção da CUT, os militantes sindicais petistas têm atuado sem um norte definido. Além disso, o PT ainda não tem uma verdadeira infraestrutura material para garantir o seu funcionamento, ainda não tem uma imprensa partidária que de fato oriente os seus militantes e simpatizantes.

Em grande parte, os pequenos avanços do PT neste campo vêm da falta de clareza quanto à concepção de partido. Tem muito peso no PT a visão de que ele deve ser um partido que "represente os movimentos sociais", que expresse estes movimentos ao nível da política (institucional). Isto significa de fato um partido que se volta para a atuação parlamentar e é pouco útil para organizar a luta cotidiana dos trabalhadores e demais setores oprimidos da população, para organizar o enfrentamento político com a ditadura e os patrões. Também existem no PT os que têm uma clara visão parlamentarista. E há, é claro, os que lutam para construí-lo como um partido operário de massas.

O resultado das eleições não inviabiliza a construção do PT como partido de massas, mas realçou suas antigas debilidades e criou novos obstáculos que agora deverão ser enfrentados decididamente.

Após o resultado das eleições, o PT fica enfraquecido na correlação de forças com os outros partidos. O resultado não inviabiliza a sua construção como um partido de massas, mas coloca dificuldades novas. Não podemos desconhecer que o PT só mostrou uma influência de massas expressiva em São Paulo.

Tudo isto impede que permaneçam as indefinições no projeto de construção do partido, obrigam à clareza de propostas. Diante das várias visões presentes no PT, o debate interno será acirrado.

Na verdade, ele já começou, havendo manifestações em sentidos opostos. Alguns já estão sistematizando uma concepção mais parlamentarista: dizem que o PT pecou por radicalismo, que não soube caçar votos (como declarou o deputado Airton Soares à Folha de São Paulo). Também o deputado José Eudes considera que o partido não deve ser mais organizado em núcleos, pois não são úteis para as eleições. Dentro desta linha, é provável que se chegue à defesa da aproximação com o PDT (ou mesmo o PMDB) e da formação de um PS que



tenha melhor pique eleitoral. Naturalmente, estaria morto o PT como um Partido dos Trabalhadores, independente da burguesia na sua política.

É interessante notar que as forças externas ao PT, do PDS ao PCB, batem nesta tecla: falam em "derrota do radicalismo", o PCB chegando a elogiar diretamente os "setores mais lúcidos" do PT que "passam a defender a aliança com o PMDB" (Voz da Unidade, nº 131, 25/11/82). Para estes setores, o que interessa mesmo é a destruição do PT: fica bem claro o sentido desta proposta de "moderação".

Outros setores, dentro do PT, apontam em uma direção oposta: que para o PT as eleições são apenas um momento, o fundamental sendo a organização da classe trabalhadora. Rejeitam as coalizões com o PMDB ou o PDT nos governos estaduais (como declarou Lula). Jacó Bittar disse, corretamente, que o PT deve agora voltar às suas origens.

Com toda certeza estas idéias resumem parte das tarefas colocadas agora para os petistas: reafirmar o caráter do partido, de partido dos trabalhadores, voltado para a sua organização, defender o partido dos ataques que vem sofrendo da ditadura, da burguesia e dos reformistas, afirmar que sua proposta básica é viável e necessária.

Alguns setores já sistematizam uma concepção mais parlamentarista para o partido: falam de radicalismo na campanha, que o partido não soube caçar votos, que os núcleos são inúteis etc.

Há questões relacionadas com esta defesa básica do partido: lutar contra as coalizões com governos da oposição burguesa, garantindo a independência dos trabalhadores; lutar pelo controle dos parlamentares eleitos pelo partido, para que expressem de fato a política do partido, e não a política parlamentar.

Do mesmo modo, é indispensável defendermos a preservação de conquistas do PT, como a concepção de um partido

organizado em núcleos, que realiza democraticamente suas pré-convenções.

Mas a simples "volta às origens" e a defesa das conquistas já obtidas pelo PT contra os que querem destruí-lo, de fora ou de dentro, não resolve os problemas, não garante um projeto claro de construção.

É necessário que saibamos como superar nossas deficiências, avançarmos em direção a um partido de combate.

Uma questão que se coloca de modo imperioso é corrigir as lacunas expressas pelo PT na luta pela democracia, contra a ditadura. A palavra de ordem de Assembléia Constituinte, Soberana e Democrática fez falta na campanha eleitoral. Poderá fazer ainda mais falta agora. Por exemplo, como o PT vai se posicionar diante da questão da sucessão do general Figueredo na presidência da República? O PMDB, através de Tancredo Neves, já fez uma proposta: "chegar a um consenso nacional", isto é, governo e oposição se entenderem em torno de um nome. É evidente que um tal "consenso" será ilegítimo e contrário aos interesses populares. Não será necessário que diante disso o PT se posicione pelo fim da ditadura, por uma Assembléia Constituinte?

Mas a questão decisiva para a construção do PT será sem dúvida a da sua relação com o movimento sindical. Foi este o seu berço, é daí que retira as suas forças. Além disso, o movimento sindical vive momentos decisivos, rumo à sua unificação nacional. Os reformistas e pelegos já têm um projeto de CUT burocratizada, distante das lutas. E têm tido um nível de articulação razoável entre eles, apesar de suas crises (principalmente a crise do PCB, coluna vertebral desta articulação).

Os militantes sindicais combativos, entre eles os do PT, têm uma visão do que deve ser a CUT: lutam por uma "CUT pela base". Mas esta é uma visão ainda muito geral, não define claramente como construir esta CUT. E os militantes sindicais combativos não se unificaram ainda, não têm atuado de modo organizado, o que tem contribuído para a confusão dos encaminhamentos. A unificação dos trabalhadores, a construção de uma CUT pela base, depende da organização de uma corrente sindical

combativa; e a organização desta corrente depende do PT se lançar no movimento sindical, construir núcleos por categoria, definir uma política sindical, unificar a atuação dos seus militantes.

Mas a saída para o PT não está em se aproximar com o PT ou "setores combativos do PMDB", e sim em aprofundar suas ligações com o movimento de massas visando se consolidar como partido operário de massas independente.

Só desta forma o PT se construirá como um partido operário de massas, e verá suas forças, seu reconhecimento crescerem; só com este fortalecimento do PT haverá uma unificação pela base dos trabalhadores.

Finalmente, para construirmos um partido apto para a intervenção, temos de saber resolver problemas que até agora permanecem: o da imprensa, o da infraestrutura material.

O PT não avançará se não resolver estes problemas. Passou a época em que pôde crescer, e garantir basicamente sua unidade, em torno das tarefas de formação de comissões provisórias, filiação e da campanha eleitoral. Agora, o que está em pauta é a definição sobre que partido vamos construir, e como.

Não será possível adiar por muito tempo esta definição, sob pena de que a dinâmica frentista se acentue no PT, cada setor encaminhando a sua visão, a direção perdendo progressivamente autoridade.

Para os setores de esquerda do PT, que vêm lutando para construí-lo como partido operário de massas, é a hora de influírem decisivamente no debate em curso: defendendo as conquistas já obtidas pelo partido, contra sua desfiguração com coalizões de governos burgueses, impulsionando um giro do partido em direção ao trabalho sindical, à unificação da atividade sindical dos seus militantes, ajudando a precisar a sua linha política, contribuindo para melhorar a sua imprensa.

Lula e Weffort:

“Não há razões para o pessimismo”

No próximo fim de semana, dias 4 e 5 de dezembro, a Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores estará reunida para uma avaliação das eleições e discussão dos próximos passos do partido. Aqui, num balanço preliminar, as opiniões de Lula e Francisco Weffort sobre os temas em debate.

Por Virgínia Pinheiro

Embora ambos, tanto Lula quanto Weffort, estivessem entre os mais otimistas quanto ao desempenho eleitoral do PT — “esperávamos alcançar no mínimo 5% da votação a nível nacional e 3% em pelo menos 9 Estados” — nenhum dos dois compartilha da onda de pessimismo que invade certas áreas do partido.

“Se não conseguimos o que esperávamos diz Weffort, conseguimos coisas importantes que não podem ser subestimadas. Em primeiro lugar, uma base de massas importante em São Paulo, não apenas pelos 10% da votação, mas também pela qualidade social que compõe a maioria dos votos aqui obtidos: uma parte muito importante dos votos veio da classe operária. Em segundo lugar, conseguimos um mínimo de apoio de massa no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Acre, sendo que nesse último conseguimos entre 6 e 7% dos votos”.

“Além disso, afirma Lula, mesmo não conseguindo eleger representantes na maioria dos estados (e eu queria pelo menos um em cada um) lançamos um número grande de novas lideranças, que ficaram conhecidas e que ganharam experiência e que terão um papel importante a desempenhar nas novas lutas que virão. O PT precisa ter consciência de que o que a gente dizia nos comícios não era brincadeira, não. As eleições foram apenas um passo, um passo importante, que nos deu experiência para o próximo período e quem sabe, para as próximas eleições”.

Lula: “A proposta do PT passa sobretudo pela organização da classe trabalhadora e não apenas por eleições. Aos imediatistas, que tem pressa em se elegerem, de fazer carreira apenas no plano institucional, talvez o caminho seja mesmo de procurar outro partido.”

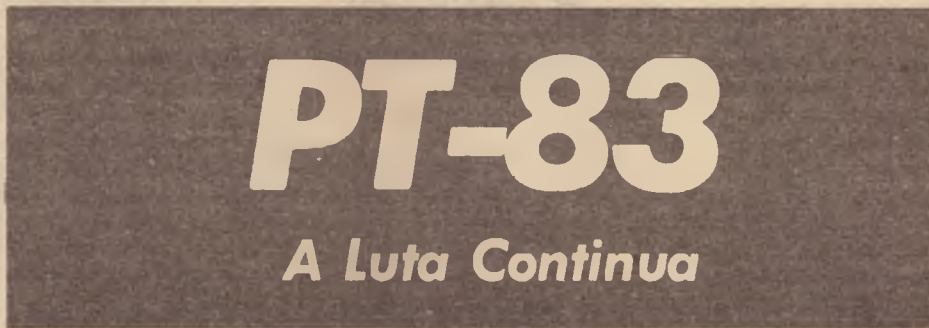
Mas esses aspectos positivos não obscurecem alguns erros que Weffort insiste em chamar de “grosseiros” cometidos pelo partido.

“O mais importante, a meu ver, foi que, enquanto partido, não entendemos e subestimamos a contribuição que a luta eleitoral poderia dar à luta de massas”.

Segundo ele, o melhor exemplo disso é que o PT não completou suas chapas em praticamente nenhum dos estados.

“Na hora de votar, como o voto era vinculado, os eleitores queriam saber os nomes e nós não os tínhamos. Em SP mesmo, em abril o Lula tinha uma preferência de 14% nas pesquisas que as nossas listas de candidatos proporcionais e de prefeitos e vereadores não foi capaz de sustentar. Eu avalio, que ao lançarmos, por exemplo 40% dos nomes a que tínhamos direito, acabamos perdendo de 60 a 70% de chances de obter votos”.

Ainda pelo mesmo motivo, do PT não compreender a importância da luta eleitoral para a luta popular na análise de Weffort, o partido lançou, em vários lugares, candidatos fracos para os maio-



ritários e fortes para deputados e vereadores, o que foi desastroso eleitoralmente.

“Acho que pecamos muito por ingenuidade, inexperiência e estreiteza política. Também houve sectarismos aqui e acolá. Muita gente entrou nas eleições de nariz tapado por considerá-la uma farsa. Grupos e indivíduos trataram a eleição como se ela fosse apenas um momento de agitação política e não de organização e mobilização das massas. Outros disputaram votos nas próprias bases petistas e não nas bases dos outros partidos”.

Para completar a lista dos pecados Weffort não deixa de mencionar o que foi a principal surpresa eleitoral em São Paulo: a vitória de Jânio Quadros sobre o PT. “Enquanto o Jânio nos elogiava, nós o tratávamos na galhofa: creio que perdemos muitos votos para ele”.

Afora os erros internos do partido, a avaliação comum a ambos de que as eleições ainda mantiveram um caráter plebiscitário. Prevaleceu a tese do voto útil, do voto “covarde”, de que votar no PDS era votar na ditadura e votar no PMDB era votar contra a ditadura, o que fez inclusive muitos petistas recuarem para trás.

“Além disso”, afirma Lula, “não podemos nos esquecer de que há muito tempo a proposta política do Partido dos Trabalhadores vem sendo sistematicamente atacada por outros partidos e menciono explicitamente algumas organizações de esquerda que tinham seu discurso inteiramente voltado em cima do PT, contra o PT. Isso também pesou eleitoralmente, especialmente em alguns estados do nordeste”.

Esse tipo de crítica em geral se refere ao suposto radicalismo da proposta do PT e de sua campanha. Após o resultado das urnas, alguns setores do próprio partido passam a compartilhar delas e já se prenuncia um debate que promete ser acirrado podendo até mesmo gerar algumas defecções partidárias.

A isso Lula responde que respeita o direito desses setores fazerem tais críticas dentro e fora do partido. Mas lembra que até 14 de novembro ninguém falava disso, e garante que essa não será a avaliação predominante.

“Que houve erros, sou o primeiro a reconhecer. Eu também queria uma bancada mais expressiva, maior número de votos. Mas a proposta do PT passa sobretudo pela organização política da classe trabalhadora e não apenas pelas eleições. Aos imediatistas, que têm pressa de se elegerem, de fazerem carreira parlamentar e política apenas no plano institucional, talvez o caminho seja mesmo o de procurar outro partido. Dizer que

fomos radicais? Ora, tudo o que eu disse nessas eleições foi a verdade da classe trabalhadora e se tivesse que dizer de novo eu diria”.

Em relação a isso, Weffort tem uma avaliação complementar. O resultado das urnas foi o resultado possível para um partido que tem apenas 2 anos e meio de existência e que se situa um passo adiante do que é a consciência popular difusa no país. Mas a idéia fundamental do PT, prossegue, tem de ser reafirmada: “ao buscarmos a organização e representação política dos trabalhadores não aceitamos nos submeter aos interesses da burguesia que domina a frente das oposições”.

Por outro lado, ambos compartilham também da idéia de que os governos eleitos pela oposição não vão mudar muita coisa da situação que aí está.

“O governo central, diz Lula, que é na verdade quem saiu mais fortalecido do processo eleitoral — não em termos de votos, mas de apoio ao projeto de transição democrática — ainda continua dando as cartas e aos governadores eleitos, com exceção talvez de Brizola, não vão ter interesse em criar muitos obstáculos a ele”.

“Por outro lado, argumenta Lula, se tomamos São Paulo como exemplo, vamos ver que entre os deputados eleitos pela oposição burguesa, os direitistas e conservadores prevaleceram largamente. A esquerda do PMDB não elegeu ninguém com exceção dos de sempre. O movimento sindical representado no PMDB também não. Um Hugo Perez por exemplo, pelo papel que ocupa entre os sindicalistas, deveria ter recebido muito mais apoio do partido do que recebeu, e conseguiu apenas de 16 a 17 mil votos, o que é irrisório. Montoro prefere jogar muito mais apoio em cima de um empresário como Severo Gomes. E é por isso que não acredito nas suas promessas eleitorais de reforma agrária, de criação de 500 mil novos empregos, aumentos salariais, etc”.

A relação que o PT deverá manter com os demais partidos será tema privilegiado da reunião da Executiva Nacional. Para Lula, quanto a isso algumas coisas parecem bem claras: se o PT fosse convidado a participar de um governo do PMDB não aceitaria; através de suas bancadas apoiará toda e qualquer medida que for do interesse do movimento operário e popular sem jamais sucumbir diante do paternalismo que tenderá a vir como política. Pois, arre-mata o presidente do partido: “o PT deverá se afirmar como um partido de contestação que vai além de tais medidas dizendo que elas não resolvem os pro-

blemas fundamentais da classe trabalhadora. O PT vai ter de se preparar isto sim para negociar politicamente com os demais partidos, porque em muitos casos seus poucos deputados e vereadores eleitos poderão ser o pêndulo da votação de projetos importantes, e poderão colocar propostas importantes que possam criar fatos políticos relevantes”.

Sobre uma eventual criação de um Partido Socialista, proposta pelo PDT ao PT, Lula simplesmente não acredita nisso. “O PDT é muito mais um partido contruído em cima dos méritos pessoais do Brizola do que qualquer outra coisa”.

Portanto, para Lula o momento que se abre é um momento de reafirmação da proposta de construção do PT a nível nacional: “teremos de trabalhar muito, de fazer um esforço brutal para nos colocarmos ao lado das reais lutas que os trabalhadores deverão travar. Do PMDB eu acredito que virão apenas as propostas de eleição direta para Presidente da República, no que também estamos empenhados, e a proposta da Constituinte, no que não estamos empenhados dada a correlação de forças desfavorável à classe trabalhadora. Quanto à crise econômica que está aí, e mesmo levando em conta que a correlação de forças no congresso é um pouco mais favorável para fazer passar alguns projetos de interesse dos trabalhadores, no entanto, sabemos que esse congresso não tem competência para alterar matéria na área econômica”.

Assim, Lula e Weffort acreditam que se o PT tiver garra e competência política ele só irá crescer no próximo período. Para tanto, as tarefas imediatas são a reestruturação de todas as instâncias partidárias que ficaram paralisadas durante o processo eleitoral, a começar pela direção nacional. Fortalecimento dos núcleos de base e de todas as instâncias intermediárias do partido e definição urgente de uma linha sindical e para o movimento popular em geral.

“Sei que é difícil, mas a proposta é essa mesma, insiste Lula temos de ter um núcleo do partido em cada bairro, em cada local de trabalho e em todos os cantos do país. E vamos ter de ajudar os estados onde o partido demonstrou ser bastante fraco”.

Em relação ao movimento sindical as dificuldades, reconhece Lula noutro plano, não serão menores: “mas essas dificuldades não são só do PT. O movimento sindical está vivendo um grande refluxo e a situação só piorou de dois anos para cá. A crise econômica é d fantasma que faz o movimento ficar dócil. Mas aqui também nossa proposta é de lutar intensamente para resgatar o que o sindicalismo no ABC começou nesse país. Eu mesmo estou disposto agora pessoalmente a assumir muito mais isso a partir de São Bernardo e da próxima campanha salarial que vem aí. Reestruturar o movimento sindical combativo e autêntico e independentemente das reuniões de cúpula do sindicalismo brasileiro, porque eu não acredito nelas. Estas reuniões estão cada vez mais improdutivas e num impasse permanente. Eu volto a afirmar que só acredito numa CUT pela base e nascida das lutas da classe trabalhadora”.

Minas

As lições da batalha eleitoral

A forte bipolarização das eleições, a extensão enorme do estado onde o PT apenas disputava 50% do eleitorado e as debilidades da campanha unificada foram os maiores responsáveis pelo resultado bem abaixo do esperado.

Por Antonio Nahas

O PT de Minas Gerais teve resultados eleitorais muito abaixo daqueles previstos pela grande imprensa, ou até mesmo pelos outros partidos na região.

De um total esperado de 4% do total dos votos, alcançou 1,97% formando uma pálida bancada parlamentar, composta de um deputado federal, um deputado estadual, dois vereadores em BH, e nove outros espalhados pelo interior.

Um dos fatores determinantes do comportamento eleitoral do PT em Minas foi, certamente, as condições nas quais o partido foi criado. Diferentemente de São Paulo, o PT mineiro não nasceu de um ascenso do movimento de massas, da unificação do movimento operário e popular. O PT surgiu basicamente a partir dos ecos das mobilizações grevistas do ABC paulista e dos espaços abertos da sociedade mineira com as repetidas greves havidas no estado. Na sua origem, não conta com amplos segmentos do movimento sindical ou popular nem com uma participação expressiva da igreja. Na verdade, a organização do PT em Minas foi uma incessante luta contra o tempo procurando vencer as barreiras impostas para a legalização do Partido.

Organizado a partir de uma base pobre, numa região onde a taxa de urbanização é relativamente pequena, comparativamente a Rio e São Paulo e, além disso, onde se previa uma acirrada disputa de caráter fortemente plebiscitário entre o PDS e o PMDB, era previsível uma situação difícil para o PT.

A saída para um desempenho eleitoral favorável e que, ao mesmo tempo, fortalecesse o partido, estaria no tipo de campanha durante o período eleitoral.

Uma tentativa neste sentido, foi o estabelecimento de uma tática eleitoral que previa uma campanha unitária em todos os níveis, com o lançamento do maior número de candidatos, a regionalização dos votos, a unidade financeira e política do partido.

Mas, sua implementação foi bombardeada tanto por fatores objetivos — a impossibilidade do lançamento do grande número previsto de candidatos, a dificuldade de se unificar os gastos e custos da campanha — quanto pela atuação de uma parte dos militantes do PT que, desde cedo procuraram, por diversos e variados meios, articular individualmente suas candidaturas aos mais diversos cargos.

O resultado desta conjugação de fatores foi que, logo após a convenção que consagrou Sandra Starling como candidata ao governo prevaleceu no PT mineiro uma briga de foice, uma corrida eleitoral louca, uma disputa de áreas e de bases eleitorais pelos comitês mais fortes.

A campanha seguiu o curso natural do eleitoralismo: comitês, candidatos fortes, profunda desigualdade econômica dentro do partido; despolitização da campanha; ausência de preocupação com a preservação dos organismos partidários (núcleos, diretórios). Não seria demasiado dizer que, durante a campanha, o PT mineiro esqueceu grande parte dos ideais do partido. Mais que isso, esqueceu que ainda vivíamos debaixo de uma ditadura,

Além dos votos e cargos conquistados o PT sai destas eleições no estado com o saldo positivo de uma campanha de muito vigor e energia, tendo realizado manifestações importantes e levado uma mensagem mais à esquerda a parcelas expressivas da população.

que havia o voto vinculado castrando as alternativas do eleitor; que o PT constituía-se em um número relativamente pequeno de cidades; que abrigamos apenas 50% do eleitorado do estado. Enfim, a ilusão eleitoral campeou a rodo: repentinamente eleger era o mais importante (aliás, a única coisa que importava). E, de repente, isto como que passou a ser visto como possível para todos. Dificilmente algum candidato do PT, mesmo aqueles que entraram na campanha apenas para cumprir a tática eleitoral, achava que não seria eleito...

Assim, nas bases do partido, ocorreu uma reviravolta: aquele PT que tinha nascido para ser um partido novo, diferente, anti-eleitoral, formado de baixo para cima transforma-se num curto espaço de tempo num partido sem direção, de práticas individualizadas.

Claro que exceções ocorreram. Aonde o trabalho do PT possuía uma solidez maior, em alguns bairros, em cidades onde os diretórios possuíam já alguma consolidação organizativa, o PT conseguiu seu espaço na vida municipal, uma expansão relativa perante os movimentos populares, e tem muito ainda que consolidar.

Junto a este quadro, soma-se a linha de campanha adotada pelo Comitê Eleitoral Unificado. Certamente, para todos os militantes do PT, foi um grande estímulo o desempenho excepcional dos majoritários durante a campanha, em particular da candidata ao governo, Sandra Starling. Mesmo tendo que enfrentar a bipolarização das eleições e o boicote sistemático da grande imprensa, (basta lembrar que em Minas não houve sequer um debate na televisão entre os candidatos e que a grande imprensa — no caso o Estado de Minas — tinha suas páginas dedicadas à cobertura das eleições comprada e dividida igualmente entre os dois partidos). Mas, houve debilidades. A linha adotada pelo partido, a tônica da campanha, foi excessivamente cautelosa e internista. Havia, nos primeiros meses da campanha, uma preocupação, até certo ponto justa, de mostrar que o PT era um partido sério; que não se compunha de radicais inconsequentes, que tinha capacidade para governar etc. Mas, esse discurso deveria ter sido paulatinamente acrescido de críticas mais agressivas aos outros partidos, de afirmações mais ousadas no terreno da política estadual, de uma definição ideológica mais marcante do PT



junto ao seu público alvo. O que aconteceu, no entanto, é que prevaleceu no decorrer do tempo a afirmação dos ideais nascentes do PT (PT, partido novo, que nasceu de baixo para cima etc) numa ausência de

propostas mais concretas que foram substituídas pela afirmação um tanto abstrata da questão da liberdade.

Este fato contribuiu para que, no final da campanha, quando a Rede

Globo colocou Eliseu Resende na frente de Tancredo Neves, e a questão do voto útil se tornou ainda mais crítica, tenha havido uma grande drenagem de votos do PT para o PMDB.

Por fim, alguns fatores isolados tiveram também certa importância. Primeiro, o verdadeiro massacre feito pela grande imprensa sobre o PT. A Rede Globo divulga nos últimos dias de campanha, nos horários nobres da sua programação uma resolução do TRE, de forma distorcida, dando a entender que em todo o interior do estado, os votos do PT seriam nulos.

Segundo, a falta de unidade interna do partido atingiu seu ponto crítico no final da campanha, chegando ao ponto de alguns candidatos do PT passarem a acusar outros de receber dinheiro do PDS. Essa acusação, infame, corre o partido de ponta a ponta, minando a segurança dos militantes e chega ao PMDB, que a relança com a sua rede de boatos, por todo o estado.

Terceiro, Lula deixou de ir ao estado nos momentos em que o PT precisava de sua presença, para que fosse consolidado seu espaço junto ao eleitorado. E não foram poucos aqueles que atribuíram sua negativa a um certo menosprezo pelo PT de Minas.

Por fim, resta dizer que, neste primeiro teste pelo qual o PT passou, além dos votos e cargos um saldo expressivo: o partido atuou com vigor e energia, realizou algumas manifestações importantes e levou sua mensagem, uma mensagem mais à esquerda para boa parte da população mineira. Para o grande público, o PT surgiu como um partido simpático, mas ainda fraco. Mas, de maneira alguma, o processo eleitoral em si significou uma desmoralização do partido.

Espírito Santo

Atentado ao PT

Dois petistas baleados por gang do PDS

A campanha petista no Espírito Santo se caracterizou fortemente por ser uma resposta contundente aos anseios mais sentidos dos trabalhadores da cidade e do campo. Na cidade de São José do Calçado, ao sul do estado, a mobilização começou com um abaixo assinado para a retirada do matadouro do centro da cidade; depois foi a denúncia da morte de dois trabalhadores rurais que caíram de um caminhão lotado onde comumente são transportados como gado. Na medida que a campanha pegava, vieram as pressões. Primeiro a invasão da sede do Diretório Municipal do PT, e em seguida várias ameaças de morte a petistas até mesmo na boca da urna. Os resultados da eleição deram vitória ao candidato do PDS, Alair Borges.

E aí é que então veio o pior. No último dia 21 de novembro Adézio Lima, candidato a prefeito pelo PT, enquanto conversava num bar com outro militante, Ronaldo Castro, foi pego de surpresa pelos filhos do prefeito recém eleito (Alcemir, Almir e Alvimar Borges) que portando quatro revólveres dispararam a queima roupa sobre os dois petistas. Adézio levou nove tiros e só não morreu porque as balas acabaram; Ronaldo levou três e está paralisado. E ainda mais: feridos e caídos no chão foram chutados e pisoteados pelos agressores.

Como primeira oposição criada no município (pois o PMDB dá apoio ao PDS-2) o PT fez um trabalho sério no sentido de organizar os trabalhadores, e é por isso que

a sanha dos reacionários se volta desta forma contra ele. Somente uma semana após o crime é que os criminosos foram presos, e ainda assim em prisão especial, por serem cabos eleitorais protegidos do atual vice-governador. Telegramas de protesto ao ministro da Justiça e ao governador não tiveram sequer resposta.

Berço do esquadrão da morte, não pode o Espírito Santo ficar com mais este crime impune. O PT soltou nota de repúdio, colocou advogados para acompanhar o caso e agora articula com demais entidades e partidos democráticos novas formas de continuidade da luta. (Carlos Lobo, Membro da Comissão Executiva Estadual do PT e candidato a deputado estadual).

Rio de Janeiro

O PT frente ao brizolismo

Demonstrando um maior ímpeto na mobilização, a campanha do PT marcou pontos positivos na sua reta final. Mas ainda assim o partido não soube enfrentar o crescimento do mito Brizola.

Por Carlos Henrique e Joaquim Soriano



combater as ilusões que passa o engenheiro Leonel.

Outro problema que o PT enfrentou durante a campanha foi a dinâmica eleitoral por fora das estruturas unitárias, marcada fundamentalmente em torno de algumas candidaturas. Isto diferenciou rapidamente os candidatos, entre os que dispunham de dinheiro, material e alguma articulação refletida nas várias "dobradinhas", e os que dispunham de poucos recursos não os obtiveram, todavia, através dos comitês unitários.

Foi prejudicial também para o partido a escolha do candidato a governador — Lisâneas Maciel — não só porque durante todo o curso da campanha Lisâneas criou conflitos com o partido, não se submetendo a uma prática de direção coletiva. Como também, e isto é o principal, Lisâneas não sintetizou e não expressou durante a campanha a proposta do PT como um partido de luta da classe trabalhadora. Isto ficou evidente durante os debates na TV (os mesmos debates que fizeram Brizola crescer eleitoralmente) quando Lisâneas queria aparecer como um administrador respeitável e neste caso disputando dentro do mesmo campo dos outros candidatos.

Estes são alguns elementos para um balanço mais profundo que todo o PT deve realizar, extrair lições e de cabeça erguida e confiante continuar a trajetória de constituir-se como um partido independente, de massas, democrático e participante ativo das lutas dos trabalhadores.

Novas tarefas

Passado o vendaval eleitoral, agora um balanço, surgem diante do PT grandes desafios.

Logo para começar a imperiosa necessidade de reconstruir a estrutura orgânica, não só para as discussões internas, mas principalmente para se ter os instrumentos de base capazes de intervir nas lutas para disputar no campo próprio dos setores populares. Disse ninguém tem dúvida: o PT só pode se afirmar enquanto tal na medida em que ganhar representatividade nos movimentos sociais, estimular a organização independente e cumprir o seu papel de direção.

Neste sentido uma tarefa colada à reestruturação é ter um partido organizado para intervir nos sindicatos. Serão árduas as batalhas sindicais para o próximo período e é aí que o PT deverá se afirmar. Não só ter organização, mas ter propostas unitárias, ter uma linha de intervenção coerente com sua base política de independência de classe, contra os "pactos sociais" e os "planos de austeridade", ditados seja pelo FMI, seja por "maiorias liberais" ou governos de oposição.

Outra questão chave para o PT aqui no Rio é estabelecer uma política correta frente ao governo de Brizola. Está claro para nós que para o PT está afastada a possibilidade de fazer um governo de colíção. A proposta do PT passa longe de se fortalecer colaborando com governos burgueses, mesmo que estes prometam melhorias nas condições de vida do povo. O PT tem que se fortalecer sem se descaracterizar como partido independente, cobrando do governo as promessas que realmente interessam ao povo e denunciando a cada momento os compromissos de Brizola com as classes dominantes.

Esta recusa de Brizola em realizá-las mostra até onde vai sua luta contra as leis da ditadura, isto é, o ponto em que não as coloque em cheque. E mostra também o oportunismo grosseiro do caudilho, pois só anunciou esta posição (que é iguala aos governadores do PDS) depois de eleito.

Para o PT esta é a primeira luta política pós-eleitoral no estado do Rio, para a qual devemos nos preparar, inclusive definindo programa e candidato para a prefeitura do Rio.

Rio Grande do Sul

O inútil voto útil

A campanha do voto útil não foi suficiente para derrotar Jair Soares no Rio Grande do Sul. E a inutilidade desta tese serviu apenas para atrasar um pouco o fortalecimento da construção do PT no estado:

Por Raul Pont



Pedro Simon, candidato do PMDB ao governo.

Partido Socialista?

Uma tentativa de reciclar o trabalhismo

Antes mesmo das urnas consagrarem a vitória eleitoral de Brizola, a direção do PDT já levantava a proposta de realização de um congresso dos socialistas brasileiros para fundar um Partido Socialista. E na própria campanha vários candidatos do PDT buscavam se identificar com o "socialismo democrático", alguns chegando a utilizar o símbolo da social democracia europeia nos seus panfletos.

Passadas as apurações, a questão volta à tona. Brizola já teria designado Saturnino para articular o futuro partido, junto especialmente ao PT e a setores do PMDB.

Mas que projeto é esse? Em primeiro lugar a ideia do PS não é uma iniciativa isolada de Brizola e de antigos militantes do PSB. Apesar de ser um campo potencial de crescimento e transformação do PDT, utilizando o "discreto charme" da social democracia, o projeto do PS vai além da tática nacional de uma corrente populista. Já no seu nascimento, o partido de Brizola contou com o apoio e vinculação com a social democracia europeia, que via nele uma das alternativas de implantação no Brasil. Esta via hoje estaria evidentemente reforçada, dada a conquista de um governo estadual e dada a recusa do PT em abraçar um projeto de conciliação de classes.

É significativo, também, lembrar a presença, durante a campanha, de emissários do PSOE portadores da mesma proposta apresentada por Brizola. O senador Saturnino — que se notabilizou no senado pela chamada crítica "construtiva e responsável" à ditadura — nestes últimos dias tem acrescentado mais dados à sua proposta. Acentuando o caráter programático socialdemocrata do futuro partido: segundo o senador, o Partido Socialista preparará o "Socialismo da rosa" — ao símbolo dos PSs europeus, uma rosa vermelha — e não o da foice e do martelo, porque rejeitamos a ditadura do proletariado". E um programa de televisão, ao congregar Severo Gomes para fazer parte do PS, seu uma ideia do tipo de composição social que pretende neste partido.

De outro lado, a proposta do PS vem resgatar a formulação original da reforma-partidária de Petrônio Portela-Golbery, que previa o surgimento de um partido socialdemocrata, que foi furada justamente pelo PT. De todo este quadro, ao qual se agrega a tentativa de desmoralização do PT feita pela imprensa burguesa, fica claro que o alvo dos articuladores do PS é o de fazer malograr a iniciativa da classe trabalhadora de se organizar em partido próprio.

Estes são alguns dados de um problema que já está posto ao PT. A resposta de Lula descartando a fusão do PT com o PDT deve ser desrespeitada, tanto no plano da luta ideológica, reafirmando e precisando que tipo de socialismo o PT deseja, como na prática de lutas do PT, que precisa se afirmar como um partido de combate da classe trabalhadora.

Apesar do susto nos últimos dias quando a diferença começou a cair sensivelmente, o PDS de Jair Soares venceu as eleições gaúchas por pouco mais de vinte mil votos, bem menos de 1% de diferença sobre Pedro Simon, do PMDB.

"A culpa é da divisão das oposições", bradam os peemedebistas, tendo como coo os analistas políticos da grande imprensa. O grande paralelo desta eleição é com o pleito de 1962, quando o Movimento Trabalhista Renovador (MTR) de Fernando Ferrari retirou parcela dos votos trabalhistas que iriam para Egídio Michaelsen, banqueiro que substituiu Leonel Brizola no governo do Estado, dando a vitória ao candidato da Aliança Democrática Popular (PDS-PL-UDN), Ildo Meneghetti.

Os números percentuais das duas eleições, realmente, são de uma semelhança aparente muito grande. Viriam, portanto, confirmar a tendência bi-partidária do povo gaúcho que vem desde os "chimangos" e "maragatos" da República Velha.

A semelhança, porém, é apenas aparente. Naquela oportunidade, as alianças eleitorais eram possíveis e a direitista ADP é a prova evidente disto. Hoje isso é impossível. O "pacote eleitoral" da ditadura não permitia opções. Os novos partidos aceitavam voltar ao bipartidarismo imposto ou pagavam o preço de manterem suas portas abertas. Assim, quem derrotou o PMDB não foi a "divisão das oposições" mas uma legislação ditatorial que permitiu que um cidadão com 34% dos votos governasse em nome da maioria. Se isso não bastasse, teríamos ainda quase 400 mil votos — 10% do eleitorado — em branco. É evidente que esses votos em branco foram atípicos e não sensibilizados pelo discurso peemedebista ou pedetista.

Com uma estrutura montada em todo o estado, com a tradição trabalhista e uma bancada de 13 deputados estaduais e seis deputados federais, o PDT dificilmente seria atingido pelo voto útil pregado pelo PMDB. Ao contrário, desde o primeiro momento Alceu Collares dirigiu sua campanha para ganhar. Uma antiga base trabalhista na região metropolitana de Porto Alegre e a estrutura partidária sustentada por graneiros da soja, fazendeiros da fronteira e um grande número de pequenos e médios empresários garantiu a Collares manter-se no páreo e chegar ao fim com 20% dos votos. O PDT saiu das eleições com 12 deputados estaduais, 7 deputados federais e perdendo alguns municípios, entre eles a importante prefeitura de Caxias do Sul, segundo polo industrial do estado.

A derrota do PT

O Partido dos Trabalhadores foi o principal atingido pela tese do voto útil. Sem a máquina dos demais partidos, sem um grande número de municípios (onde não chegou a estruturar diretórios) com uma cobertura mínima da grande imprensa e as consequências da Lei Falcão, o PT não esperava uma grande performance. Mas tinha expectativas na grande Porto Alegre e em algumas cidades do interior, onde o trabalho do partido estava bem implantado. Com isso esperava garantir uma vaga na Câmara Federal e dois deputados estaduais.

O resultado foi muito pouco das expectativas. O partido atingiu pouco mais de 50 mil votos, insuficiente para atingir o quociente de um deputado estadual, em torno de 60 mil votos.

A impressionante máquina da corrupção e de utilização do aparelho do estado em favor do PDS foi subestimada, bem como a capacidade de pressão e atomização sobre os candidatos do PT e suas famílias, na forma de perseguições, perda de emprego e até atos terroristas como o incêndio de um carro de um candidato a vereador em Farroupilha. E esta pressão e atomização não foi atribuído só do PDS, mas também dos outros partidos ditos de oposição.

O PT pagou também o preço por sua pequena estrutura montada até agora, por não

ter ainda formas mais eficazes de captação de recursos, de compromisso dos filiados com a manutenção material do partido.

O impressionante índice de votos em branco — 400 mil votos — nesta eleição reflete que existe um grande público descontente que o PT não conseguiu atingir. Ou pelo mínimo espaço conseguido na TV, onde a discriminação ao PT foi evidente bem como na cobertura pela grande imprensa, ou pela impossibilidade de percorrer a maioria dos municípios do estado.

O voto útil

A tese de voto útil, indiscutivelmente, foi a responsável pela baixa performance do PT. Nas áreas mais politizadas onde o partido garantiria uma base de votação significativa, a racionalização do voto útil foi enorme.

O PT não conseguiu conquistar esse voto para a tese de que para os trabalhadores e os que lutam pelo socialismo era muito mais importante fortalecer a organização independente dos trabalhadores, ampliar sua estrutura material e sua presença nos meios de comunicação de massa, do que apostar mais uma vez nos liberais e pequeno-burgueses populistas.

E, dentro do PMDB, quem mais comandou a tese do voto útil foi a própria esquerda pragmática que vegeta na sombra dos empregos e da subordinação ideológica e política à burguesia.

Neste momento, é importante fazer uma avaliação da tese à luz dos resultados eleitorais e ver a validade dos argumentos do "voto útil no Simon e no fortalecimento dos setores mais combativos do PMDB" (leia-se reformistas e populistas).

O resultado concreto, real, dessa política sempre foi e continua sendo o fortalecimento da burguesia e seus representantes, o fortalecimento daqueles setores mais comprometidos com a política de clientela, de empreguismo, de paternalismo que não ajuda, ao contrário,

dsmobiliza e mantém atrelada a classe trabalhadora.

Pois bem, o feitiço virou contra o feiticeiro. Os mais ardorosos defensores do voto útil, as dobradinhas da Voz da Unidade, da Hora do Povo, da Tribuna da Luta Operária, da corrente Popular (Resistência) não se elegeram ou não passaram de péssimas colocações para a Assembléia Legislativa e para a Câmara de Deputados.

Enfim, aí se revelam claramente os resultados de uma política miope dominada pelo oportunismo tático em nome dos mais ortodoxos discursos na defesa dos trabalhadores. A esquerda fisiológica dentro do PMDB, no final das contas, não fez outra coisa do que carrear votos para burgueses e pequeno-burgueses que não têm nenhum compromisso com as classes trabalhadoras. Contribuíram também para enfraquecer a proposta de construir o PT no estado pois sua defesa do voto útil atingiu um grande número de simpatizantes e até filiados no PT que vacilaram ao rolo compressor de que a curto prazo necessitava-se fortalecer a "unidade das oposições" em torno de Pedro Simon para derrotar o regime militar.

A eleição, pura e simples, não derrubará obviamente a ditadura militar, nem foi suficiente a tese do voto útil para derrotar Jair Soares. A inutilidade dessa política serviu apenas para atrasar um pouco o fortalecimento da construção do PT no Rio Grande do Sul.

Fica a referência parlamentar do PT gaúcho na Câmara de Vereadores de Porto Alegre e nos demais eleitos para as Assembléias e Câmara Federal no resto do país. Fica a referência política e orgânica do partido que, evidentemente, se consolidou com esta eleição. Cabe ampliar o partido nos inúmeros municípios onde durante as eleições se formaram comissões provisórias de organização e direcioná-lo nas lutas sindicais, comunitárias e estudantis que continuam e às quais o P.T. deve estar colado.

Brizola radical, no mínimo num "cabra macho", raçudo... Ilusão? Aguardemos.

Sobre a derrota do PMDB quem a expressa melhor é o próprio Saturnino, hoje senador pelo PDT, antigo candidato do PMDB ao governo do Rio antes da incorporação PP-PMDB: "Esta vitória foi de lavar a alma!"

Se o PMDB é uma frente ampla, a vitória que lavou a alma de Saturnino demonstra dois aspectos importantes: 1) que a tese do voto útil foi um desastre, e 2) que os setores democráticos e reformistas do PMDB foram bastante prejudicados, chegando ao ponto de parlamentares já com 8 anos de mandato não conseguirem se reeleger. Destaque para as campanhas milionárias dos hagapistas que não deram em nada, mas nada mesmo.

A campanha petista

No dia 11 de novembro, quinta-feira, a praça estava cheia. De 15 a 20 mil pessoas

Brizola quer nomear.

Abaixo a ditadura!

Diretas prá prefeitura!

Um dos aspectos importantes do programa defendido pelo PT em todos os estados foi o de realizar eleições diretas para prefeito nas capitais. Em quase todos, essa foi uma bandeira exclusiva do PT, enquanto os demais candidatos da oposição burguesa tergiversavam, se escondendo sob uma postura legalista de defender primeiro uma mudança da legislação.

Esta diferença, nem sempre bem explorada durante a campanha, se coloca agora em primeiro plano, particularmente no Rio, onde o governador eleito já declarou que vai indicar o prefeito.

O PT já demonstrou a viabilidade técnica

destas eleições e até mesmo o ministro da Justiça Abi Acker não vê irregularidade legal na sua realização.

A recusa de Brizola em realizá-las mostra até onde vai sua luta contra as leis da ditadura, isto é, o ponto em que não as coloque em cheque. E mostra também o oportunismo grosseiro do caudilho, pois só anunciou esta posição (que é iguala aos governadores do PDS) depois de eleito.

Para o PT esta é a primeira luta política pós-eleitoral no estado do Rio, para a qual devemos nos preparar, inclusive definindo programa e candidato para a prefeitura do Rio.

Uma estranha polarização

Foi num clima de polarização o final da campanha eleitoral no Rio de Janeiro. Uma estranha polarização que "converge" para avaliar a abertura do general Figueiredo. No esforço dos setores governistas em fazer do PDS governo no Rio de Janeiro e na interpretação do próprio Brizola: "O meu governo vai ser o testemunho, o aval para a abertura democrática, porque aqui seremos um governo autenticamente oposicionista."

Tantos anos de ditadura militar austerá, sem eleições para governador marcaram tanto a vida política do país que mesmo este pleito de 82 parece satisfazer as aspirações democráticas dos partidos burgueses. Os elogios a Figueiredo encobrem as necessárias denúncias às regras ditatoriais: voto vinculado — golpe para assegurar "vitórias"; limitada liberdade de organização partidária; a permanência de 1/3 do senado biônico; a lei falcão e tantos outros ingredientes que fizeram das eleições 82 algo distante mesmo das regras eleitorais democrático-burguesas.

No entanto brizola ganhou. E ganhou no Grande Rio, áreas urbanas que congregam mais de 80% do eleitorado. Uma população que votou na oposição. Contra o governo federal e o PDS e contra o governo estadual e o PMDB. Uma população que deu voto a Brizola acreditando em mudanças e num



IIIº Enclat/SP Um Passo à Frente

Por Régis Moraes e Tânia Veiga

As principais resoluções

Conturbado pelas provocações daqueles que queriam adiar o Enclat, particularmente os metalúrgicos de Santos, o Encontro teve como eixo de discussão o documento apresentado pela Comissão Estadual Pró-CUT que, com pequenas modificações do plenário foi aprovado na íntegra.

No plano de lutas os grupos debateram com atenção especial a unificação das campanhas salariais e a estratégia de ação do movimento sindical estadual para o próximo período. Nas propostas para o Conclat, foi polêmica a data de sua realização, março ou agosto, optando-se por esta última porque no início do ano não seria possível a participação massiva dos trabalhadores rurais por ser época de safra e pelo fato dos cofres dos sindicatos estarem a zero. Além disso o Enclat reservou para o primeiro semestre de 83 a realização do Iº Congresso Estadual da Classe Trabalhadora com objetivo de aprofundar a organização dos trabalhadores a nível do Estado e melhor preparar o Conclat.

O critério de participação aprovado para o Conclat foi o mesmo que serviu de base para a organização do Enclat-SP, ou seja, a representação de todas as entidades segundo o tamanho da base da categoria. A restrição da participação das Associações profissionais — uma questão que sempre volta à discussão — não foi aprovada por restringir a participação dos servidores públicos. No entanto a ampliação da participação dos setores operários sobre a representação dos setores de serviço deve ser buscada, independentes dos últimos serem representados por associações civis ou sindicatos oficiais.

A independência de classe e a luta anti-imperialista

A euforia com a vitória eleitoral da oposição burguesa não deixou de se expressar no plenário com a proposta de que os trabalhadores participassem da escolha do secretariado do governo Montoro. Mas a maioria do plenário rejeitou qualquer compromisso com a oposição burguesa mantendo sua independência de classe frente ao novo governo.

Marcante também a solidariedade ativa que começa a ser organizada entre os trabalhadores latino-americanos, com a ida de uma delegação do IIº Enclat ao

Uruguai e a participação de representantes das Central Sindical uruguaia e da CGT-Brasil argentina no Enclat, onde foi assumido o compromisso de lutas conjuntas e, imediatamente, um ato público pela Anistia no Uruguai.

Retomando a tradição de luta anti-imperialista dos trabalhadores brasileiros o Enclat chamou a si a organização do ato de protesto pela visita do representante máximo do imperialismo mundial, Ronald Reagan.

Uma eleição conturbada

A eleição dos 8 membros representantes do movimento sindical de S. Paulo na Comissão de Organização do Conclat, como não poderia deixar de ser, foi o ponto mais polêmico do Encontro. Representou a aceitação, mesmo que crítica, do processo de auto-reformulação imposto pela Comissão Pró-CUT, o que foi contestado por setores minoritários do plenário. Por outro lado, na escolha de nomes, reproduziu-se o enfrentamento das duas grandes tendências existentes no movimento sindical.

Registrou-se, no entanto, um avanço político do movimento no método de escolha de uma direção ao optar-se pela escolha proporcional, ou seja, as chapas são constituídas com base às propostas políticas existentes e sua representação na direção é proporcional à votação obtida em plenário. Com isso evita-se o método anti-democrático de composição de direções por conchavo e acordos de cúpula, atribuindo essa tarefa a quem de direito, o próprio plenário de trabalhadores. Um método sem dúvida correto, mas que ainda não foi absorvido pelo conjunto das direções sindicais o que ficou demonstrado no fato de, mesmo com o critério de proporcionalidade, setores do chamado movimento sindical autêntico, buscarem acordos com a antiga "unidade sindical".

Os eleitos para representar S. Paulo na Comissão de Organização do Conclat são: Jair Meneguelli dos metalúrgicos de S. Bernardo; Azevedo, dos metroviários; Clara Ant, do sindicato dos Arquitetos; Gilmar, dos bancários; Raimundo, dos padeiros; Arnaldo Gonçalves do sindicato dos metalúrgicos de Santos; Jamil, do sindicato dos médicos; Joel, dos marceneiros (este renunciou, deixando uma vaga a ser ocupada por um representante camponês).

Mini-Enclat/RS

Esforço de Organização

Numa reunião bem menos representativa que as anteriores, dadas as dificuldades do momento, o movimento sindical do RGS elegeu seus representantes para a Pró-CUT Nacional.

Tendo como objetivo principal eleger os 6 representantes efetivos e 6 suplentes do estado para a Comissão Nacional Pró-CUT, reuniram-se no dia 20 de novembro, em Porto Alegre, pouco mais de 70 representantes de trabalhadores (um de diretoria e um de base) no que chamou "mini-enclat".

Essa plenária estadual, realizada na semana da apuração eleitoral foi muito mal preparada, apesar dos esforços da executiva estadual da Intersindical.

Foi debatido um ante-projeto de regimento interno para o CONCLAT/83 para ser encaminhado como proposta do RS já dentro dos primeiros passos para sua realização, que se dará na reunião de Brasília, assim como resoluções com as quais os representantes gaúchos na nova Pró-CUT devem se comprometer. A proposta aprovada é basicamente o regimento utilizado na I CONCLAT com ligeiras modificações em aspectos como critérios de participação. Além disso, se definiu que todos os delegados de base devem ser eleitos em assembleias gerais especialmente convocadas para este fim. As Confederações e Federações terão direito a 4 representantes eleitos nos Conselhos de Representantes.

A discussão sobre a representação gaúcha na composição da nova Pró-

CUT nacional, juntamente com os critérios de participação de delegados no CONCLAT foram os pontos que geraram maior polêmica e demandaram maior tempo de discussão numa reunião prevista inicialmente para a manhã de sábado e que se estendeu até às 17:30 h.

Os critérios para a tirada dos representantes apontavam para diversos aspectos que deveriam ser privilegiados; os seis efetivos e seis suplentes deveriam: ser escolhidos dentre os componentes da Comissão Intersindical Estadual, representar diferentes regiões e especialmente as melhores estruturas — Vale dos Sinos, Ijuí, Caxias e Porto Alegre; apresentar participação destacada nas lutas, ser pelo menos um de base, um de federação, um rural etc. Considerando tais critérios e, implicitamente, composições políticas, várias chapas foram apresentadas.

A partir dos nomes comuns nas diversas chapas foi possível estabelecer um primeiro consenso — os três nomes que compõem a executiva da Comissão Estadual: Paulo Renato Paim (Sind. Metal. Canoas), Julieta Ballestro (Centro de Professores do RS) e João Machado (Sind. Metal. Novo Hamburgo). Além desses, os representantes apontados por Ijuí e Caxias: Agenor Castoldi e Dauro Brandão e um representante dos trabalhadores rurais a ser escolhido em assembleia da categoria.

Plenária da Pró-CUT de Goiás

Entre golpes, uma vitória

Foi no último dia 21, quando se debateu os rumos do movimento sindical goiano e nacional, bem como propostas de encaminhamento para os próximos Passos a serem dados rumo à CONCLAT.

A reunião da plenária foi convocada com ampla antecedência e os preparativos foram feitos para que pudesse ser uma reunião representativa do movimento sindical goiano.

Entretanto, ocorreu um fato bastante lamentável, que poderá ter desdobramentos sérios a nível local e talvez a nível nacional. Na hora do credenciamento, apareceram vários representantes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais que seguem as posições da pelega diretoria da Federação dos Trabalhadores da Agricultura com as credenciais já dadas pela própria FETAEG. Além disso as atas das assembleias foram confeccionadas na própria FETAEG, não procurando nem disfarçar a manobra. A Comissão Estadual não aceitou a manobra e a diretoria da FETAEG convocou os trabalhadores rurais a se retirarem, polarizando a questão: trabalhadores urbanos X trabalhadores rurais. Retiraram-se vários trabalhadores rurais bem como os apoiadores do jornal *Tribuna da Luta Operária*.

Permaneceram em plenário mais de 50 entidades, representando os

trabalhadores rurais e urbanos, entidades que mais se destacaram nas lutas nos últimos tempos. O balanço do movimento sindical levantou a questão da última reunião de Brasília, quando se retiraram vários companheiros, inclusive a Comissão Estadual Pró-CUT de Goiás. Os companheiros verificaram que o bloco combativo não teve condições de impor sua dinâmica ao movimento sindical e adotaram a participação na reunião do dia 27 e 28 próximo, quando tentarão passar formas de democratizar o movimento, barrando a participação das confederações e o cargo vitalício do José Francisco (presidente da CONTAG). Além disso, tirou-se a convocação do CONCLAT para os dias 4, 5 e 6 de março de 1982, com a função de deflagrar um amplo movimento de construção da CUT pela base. Também foram eleitos os novos membros para a futura Comissão Nacional Pró-CUT: Ana Lúcia (professora da UFG) e Antonio Alonso (trabalhador rural de Bela Vista); para suplentes ficaram: Osmar (presidente do CPG, Centro dos Professores de Goiás) e Otacílio (trabalhador rural de Ceres).

CONCLAT em agosto e a Comissão Nacional Pró-CUT reformada

A reunião sindical nacional realizada nos dias 27 e 28 últimos, em Brasília, para dar posse à Comissão Nacional Pró-CUT reformada enfrentou enormes dificuldades para cumprir seus objetivos. Desde o início, boa parte do tempo foi tomado pelas manobras e golpes do bloco pelego reformista que se obstinava em não reconhecer as delegações eleitas pelo Enclat paulista e pela plenária intersindical goiana. Num e noutro caso, estavam lá presentes os representantes que foram designados por reuniões paralelas e que manobravam a todo custo para ser credenciados. Esta primeira luta tomou todo o sábado e só foi resolvida altas horas da noite, após longas horas de discussão, através de

acordo firmado entre as diferentes correntes, única forma encontrada para solucionar o impasse e não se precipitar ali a divisão do movimento sindical.

Este acordo prevê: 1) a realização de uma plenária intersindical em São Paulo, antes da próxima reunião da Pró-CUT Nacional, para indicar um representante dos sindicatos rurais que deverá integrar a bancada paulista no lugar do presidente do Sindicato dos Marceneiros — o qual renunciou exatamente para este fim; 2) a realização de um congresso dos trabalhadores do estado de São Paulo no final de março para discutir a composição da Comissão Sindical pró-CUT no estado, os 8 representantes da nacional e o temário do

Conclat; 3) reconhecimento e credenciamento das delegações de São Paulo e Goiás, escolhidos respectivamente no Enclat e plenária Inter-sindical.

Com esse acordo o pólo combativo conseguiu conter as manobras e golpes dos pelegos e reformistas — ex-integrantes da Unidade Sindical. Mais uma vez estava em jogo o respeito à democracia do movimento, já tão aviltada pela Comissão Nacional pró-CUT.

No dia seguinte, domingo, a data do Conclat foi finalmente marcada para os dias 26, 27, 28 de agosto de 83 em São Paulo e, fruto também da vitória do dia anterior, aprovados critérios de participação mais democráticos que os da 1.ª Conclat. (ver abaixo).

A Pró-Cut reformada

Aceitando os critérios impostos pela ex-Comissão Nacional Pró-CUT em reunião realizada nos dias 11 e 12 de setembro em Brasília, 16 estados do país indicaram em plenárias intersindicais estaduais, em mini-Enclats ou Enclats, os componentes da nova Comissão Nacional. Aqui, os 51 integrantes da nova pró-CUT nacional. **São Paulo:** Gilmar Carneiro, bancários; Azevedo, metroviários; Clara Ant, arquitetos; Jair Menequelli, metalúrgicos de SBC; Raimundo Rosa, padeiros; Arnaldo Gonçalves, metalúrgicos de Santos; Jamil Murad, médicos e mais um camponês a ser indicado em plenária intersindical. **Bahia:** Osvaldo Laranjeira, bancários; Nilson Bahia, Sindi-química; Aloisio Carneiro, Fetag; Marcos, eletricitários. **Ceará:** João Felismino, Fetag; Maria Natividade, bancários. **Pernambuco:** Edvaldo de Souza, Eletricitários; José Siqueira, metalúrgicos, José Rodrigues, Fetag. **Brasília:** Armando Rollemberg, jornalistas; José Neves, comerciantes. **Espírito Santo:** Valdemar, construção civil; Angelo Moschen, rural de Colatina. **Rio de Janeiro:** Jorge Bittar, engenheiros; Roberto Chabo, médicos; Abdias, metalúrgicos de Niteroi; Ivan Pinheiro, bancários; Eraldo Lirio, Fetag; Neri, condutores de veículos. **Mato Grosso:** Eivaldo, Fetag; Bernardino, rural. **Mato Grosso do Sul:** Benjamim, eletricitários; Pedro Ramalho,

Fetag. **Minas Gerais:** Célio de Castro, médicos; Antonio Moreira, telecomunicações; André Montalvão, Fetag; João Paulo, metalúrgico de Monlevade; João Silveira, metalúrgicos de Belo Horizonte. **Paraíba:** Alvaro Diniz, Fetag; Henrique, jornalista. **R. Grande do Sul:** Paim, metalúrgicos de Canoas; João Machado, metalúrgicos de Novo Hamburgo; Julieta, centro de professores; Agenor Castoldi, intersindical de Ijuí; Dauro, bancários de Caxias; e mais um rural que deverá ser indicado pela Fetag. **Sta Catarina:** Francisco Alano, comerciantes; Euclides Canale, rural de Caçador. **Sergipe:** João Martines, petroleiros; Manoel Santana, Fetag. **Goiás:** Ana Lúcia, Professores; Otacilio, rural de Ceres.

A executiva da Comissão, composta de 23 membros ficou também constituída como se segue: **São Paulo:** Gilmar, Azevedo, Clara, Jair, Raimundo, Arnaldo, Jamil, mais um camponês que deverá ser indicado em uma plenária intersindical. **Rio de Janeiro:** Ivan, Abdias, Roberto Chabo, Neri, Eraldo, Jorge Bittar. **Rio Grande do Sul:** Paim, Julieta. **Minas Gerais:** Célio de Castro e André Montalvão. **Brasília:** Armando Rollemberg. **Bahia:** Nilson Bahia. **Ceará:** Maria Natividade. **Contag:** José Francisco e **Pernambuco** que irá indicar o seu representante após reunião do estado.

Critérios de participação no Conclat

	Delegados de Base	Delegados de Diretoria
Categorias até 2.000 na base	3	2
Categorias de 2.001 a 10.000	5	3
Categorias de 10.001 a 30.001	8	4
Categorias de 30.001 a 100.000	12	5
Categorias de 100.001 a 200.000	16	6
Categorias com mais de 200.001	20	7

— Federações e Confederações tem o direito a 3 delegados.

— As associações de funcionários públicos, desde que sejam a única no setor, tem o mesmo critério que os sindicatos. No caso de existir mais de uma os critérios tanto de base como de diretoria serão pelo número de associados.

5 anos de EM TEMPO:



Luís Inácio da Silva

Lula é presidente do PT.

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

A Editora Aparte Ltda. • Rua Francisco Leitão, 57
• CEP 05414 • São Paulo • Assinatura anual Cr\$ 2.000,00

Você terá a cada quinzena uma análise concentrada da conjuntura política, do movimento sindical, da luta dos estudantes e das mulheres além de uma cobertura abrangente dos acontecimentos internacionais. A cada número, o acompanhamento da esquerda brasileira e uma profunda cobertura do Partido dos Trabalhadores.

Paulo Renato Paim

Paim é presidente do sindicato dos metalúrgicos de Canoas, Rio Grande do Sul

É nosso entendimento que o EM TEMPO tem prestado um serviço muito importante à classe trabalhadora não só informando mas também auxiliando na sua formação teórica. Isso fica claro nas páginas que tem dedicado à cobertura do movimento sindical e em específico na cobertura dos Enclats e na discussão sobre o Conclat.

No 5º aniversário do EM TEMPO, fica demonstrado uma coisa muito importante para a imprensa alternativa: que quando ela é feita com seriedade e respeitando a opinião dos outros, ela resiste ao tempo e à opressão. E o jornal EM TEMPO é a demonstração mais clara de como um jornal alternativo pode ser feito com bastante seriedade. Porisso, eu espero poder comemorar junto com vocês, quem sabe, daqui a cinco anos os dez anos de existência do jornal EM TEMPO

UNIVERSIDADES FEDERAIS

Professores em greve nacional

Novamente os docentes das federais estão em greve contra o arrocho salarial e a tentativa de implantação do ensino pago via o estabelecimento do regime de fundações.

Por Américo Bernardes

Pelo terceiro ano consecutivo os professores universitários das Universidades Federais Autárquicas paralisam suas atividades didático-pedagógicas ou de pesquisa.

Para entender o porque desta nova greve é importante recordar os resultados da última paralisação geral, em 1981. Nessa época, foi conquistado um reajuste salarial que atendia em parte às reivindicações dos professores e foi estabelecido o compromisso de se iniciar um processo de discussão no sentido da reestruturação da universidade brasileira. Isto porque o governo pretendia baixar um decreto estabelecendo os princípios de implantação do regime de fundações às autarquias, o que seria uma porta aberta para a implantação do ensino pago. Esta iniciativa foi barrada e se estabeleceu um prazo para a discussão, o primeiro semestre de 1982.

Os professores universitários neste primeiro semestre produziram um amplo debate, contando com a participação, ainda que precária, de estudantes e funcionários, e no final do mesmo entregaram ao MEC sua proposta de reestruturação.

A mudança de ministros

Ocorre a mudança de ministro com o general Ludwig saindo para o Gabinete Militar e entrando a professora Esther Ferraz, famosa nos meios da educação brasileira por ter sido relatora de um processo no Conselho Federal de Educação, em que deu parecer favorável à implantação do ensino pago. Assumindo, a prof.^a Esther descarta a questão do ensino pago, ressaltando que o momento não era indicado para esta discussão. É óbvio que o momento realmente não era indicado, às vésperas das eleições isso não seria nada conveniente ao governo.

Entretanto, uma vez passadas as

eleições o momento já é propício e a prof.^a Esther rompe os compromissos estabelecidos pelo ministro anterior, procurando restaurar o poder de organismos tipo Conselho Federal de Educação e Conselho dos Reitores e dirigindo a estes a função de elaborar os princípios básicos de reestruturação da Universidade.

Percebendo que a instituição deste projeto era, em primeiro lugar, um rompimento de qualquer possibilidade de diálogo com o MEC e também a dissolução da unidade conquistada do movimento nacional (pois possibilitaria que as universidades estabelecessem seu próprio quadro com características funcionais próprias), os professores deflagram a greve geral nacional no último dia 17.

A jogada do MEC

Neste momento o MEC, como no ano passado, levanta a divisão das reivindicações separando-as em conjunturais (salários e distorções de carreira) e estruturais (reestruturação — orçamento e autonomia). Abre a possibilidade de dar uma resposta para as "conjunturais" e da postergação das "estruturais". O MEC pretende dar com isso uma balinha para adoçar a boca dos docentes, planejando um golpe no movimento nacional e jogando com o fato de que muitos professores colocam suas reivindicações basicamente nas questões imediatas.

Além disso, há também a questão do movimento nacional dos funcionários das Universidades. Depois de um longo sono começam a abandonar o crônico imobilismo de suas direções quase sempre pelegas e partem para a luta. Há a possibilidade de ser deflagrada uma greve nacional dos funcionários. Neste sentido, o MEC pretende solucionar o movimento dos docentes antes de os funcionários deflagrarem o seu.

NOVO HAMBURGO - RS

Secundaristas reconstróem sua entidade

Por Ariane Brusius (*)

"No dia 7 de novembro, 120 delegados representando 11 escolas realizaram o 1º Encontro dos Estudantes Secundaristas de Novo Hamburgo, que reergueu a União dos Estudantes de Novo Hamburgo (UENH), a primeira entidade municipal do Rio Grande do Sul reconstruída por um processo livre e democrático.

Divididos em quatro grupos de discussão (Ensino, democracia nas escolas, Grêmios Estudantis e UENH) os secundaristas aprovaram as seguintes lutas: fim às taxas dos CPM's nas escolas públicas, conge-

lamento nas particulares, mais vagas nas universidades federais, liberdade de organização e expressão nas escolas, fim ao caráter repressivo dos Serviços de Orientação Educacional (SOE's) por Grêmios livres e combativos, filiação da UENH à União Gaúcha e à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

A carta da princípios da UENH defende uma entidade democrática, livre e independente, de combate e ao lado dos trabalhadores, prestando irrestrita solidariedade às suas lutas no mundo inteiro.

Ao final do Encontro foi eleita uma diretoria de reconstrução encarregada de consolidar a UENH e encaminhar as eleições livres e diretas.

(*) Ariane Brusius é o presidente da diretoria da reconstrução da UENH.



Por Jaime Brener

Brezhnev A última morte de um burocrata

Após inúmeras mortes anunciadas, Leonid Brezhnev, o burocrata n.º 1 da URSS desaparece. Aqui um apanhado geral da política soviética sob seu domínio.

Ainda segundo esta política a URSS realizou várias intervenções armadas para sufocar revoltas legítimas, como no caso do Afeganistão. Concluindo a macabra tríade da coexistência pacífica, foram determinados, ainda pelos acordos de pós-guerra, "áreas de litígio", ou seja, áreas sujeitas à disputa entre a URSS e o imperialismo, oscilando de mãos conforme os rumos da História. Desta forma, durante o período Brezhnev, a URSS teve, nos governantes egípcios, sua ascensão e sua queda. O Iraque e a Síria passaram e voltaram, diversas vezes, de suas mãos para as do Tio Sam, e vice-versa. Porém, toda esta lógica, aparentemente baseada em um sólido tabuleiro de xadrez internacional encontra seu denominador comum no combate mortal à revolução. Na luta incessante contra a perda de privilégios e do poder para os verdadeiros soldados do socialismo, os trabalhadores e povos oprimidos de todo o mundo.

Do ponto de vista do apoio aos movimentos revolucionários de todo o mundo, a URSS sob Brezhnev jamais significou uma referência decisiva. Como exemplos, podemos citar a guerra do Vietnã e a revolução nicaraguense. No primeiro caso, o apoio soviético à luta do povo vietnamita foi íntima, muito aquém do necessário frente à agressão norte-americana. No segundo caso, o auxílio à FSLN nicaraguense foi praticamente inexistente. A própria ação de Cuba, quanto ao apoio à revolução centro-americana inscreveu-se em um quadro de "prudência" da direção soviética, respeitando o sinal vermelho, aceso já desde o fim da guerra. O caso mais evidente dos últimos anos, entretanto, foi a criminosa omissão da URSS frente ao massacre levado à cabo pelo exército israelense contra a população palestina e libanesa. Nem a URSS nem qualquer outro de seus títeres moveram uma palha sequer, consentindo com o extermínio, pois seu inimigo central não é o imperialismo, mas a revolução que poderia sobrevir a uma OLP fortalecida e radicalizada ante a pressão das massas palestinas, e ao movimento de oposição interno a Israel.

Morre Brezhnev deixando um balanço de uma URSS onde a gestão burocrática dos meios de produção arrancados à burguesia pela revolução socialista impede, à custa da manutenção do status da clique dominante, um melhor abastecimento da população atacando, frontalmente, os ganhos materializados após 17 em relação ao nível de vida da população.

Seu sucessor, Yuri Andropov, outro homem essencialmente de aparelho, criado e alimentado nos cinzentos corredores do Kremlin, enfrentará desafios cada vez maiores, impostos pelos reflexos da crise capitalista e pelo avanço do movimento de massas, à escala internacional.

Atétrica figura de Brezhnev, no momento de sua morte pode ser associada à imagem de crescente pauperização da URSS de hoje. Se Nikita Krushev, seu antecessor, falava em taxas espetaculares de crescimento industrial e agrícola, que ultrapassariam, em pouco tempo, os próprios EUA, Brezhnev associou seu governo a objetivos mais modestos: a "manutenção do socialismo e do nível de vida do povo soviético". No entanto, este objetivo esteve longe de ser atingido. De uma taxa de crescimento econômico anual de 7,75% em 1966/70 (já considerada insuficiente em função das necessidades do país) seu governo viu uma brutal queda para 5,75% em 1971/75, prevendo-se para o período 1981/85 uma queda para 3,4%.

O controle burocrático garantido pela repressão aos trabalhadores

Para as massas trabalhadoras isto constitui-se em dificuldades cada vez maiores em todos os aspectos do cotidiano. O consumo de produtos de origem animal na URSS é hoje o menor de todo o bloco socialista, os números relativos à colheita de cereais de 1981 não foram publicados, pela primeira vez em toda a história do estado operário. Mas pela baixa de 2,6% na produtividade do gado leiteiro do país (ainda que tenha havido um crescimento de 0,5% no número de cabeças de gado) podemos supor que tenha sido uma das mais catastróficas dos últimos anos. No plano da produção industrial, o parque de produção da URSS vem progressivamente se atrasando em relação aos padrões internacionais industriais, essencialmente no que atinge ao abastecimento interno. Como um pequeno exemplo, apenas 0,45% das máquinas de lavar disponíveis no mercado da URSS são automáticas. As raízes desta verdadeira crise de produção por que passa a URSS hoje não podem ser encontradas, como querem os economistas burgueses, na falta de livre iniciativa, mas essencialmente na ausência da gestão dos trabalhadores sobre a economia estatizada. Sem a participação dos trabalhadores no planejamento econômico, o conjunto da produção fica comprometi-

tido por erros burocráticos e pela monstruosa disparidade entre o nível de vida da casta dominante e o conjunto da população.

No plano da luta pela retomada das conquistas socialistas da revolução, a era Brezhnev, sem sombra de dúvidas, assistiu ao maior ascenso do movimento de massas pós-revolução de 17. Sob sua direção foi esmagada a primavera de Praga, com Brezhnev afirmando a Dubcek, então secretário do PC tcheco que a Tchecoslováquia jamais escaparia ao controle da casta dominante do PCUS, nem com a 3ª guerra mundial. Sob suas mãos, acima de tudo, foi planejado o ataque ao mais organizado e massivo movimento de toda a Europa Oriental, o Solidariedade polonês. A sombra do urso branco, a intervenção soviética, o controle sobre sua filial polonesa e, essencialmente, sua determinação em impedir a extensão do "germe do Solidariedade" por todo o Leste Europeu não se diferenciaram nem um pouco da prática da cúpula que ascendeu ao poder após a morte de Lênin. A repressão à classe operária polonesa, assim como a liquidação de toda a vanguarda bolchevique, veterana da revolução de 17, sob Stálin, assim como a repressão à revolução húngara em 56 ou à revolução tcheca em 1968 são várias faces de uma mesma realidade: para manter-se no poder, usufruindo da economia planificada, conquista da revolução socialista, Brezhnev e todo o seu séquito têm que impedir, à qualquer custo, a emancipação dos trabalhadores.

A defesa da "coexistência pacífica"

No plano internacional, o período Brezhnev será lembrado como a época do florescimento — e eventual falência — da "detente", que não passou de uma sistematização da política de coexistência pacífica levada à frente desde a época Stálin, baseada essencialmente na divisão do mundo estabelecida pelos acordos de Yalta e Potsdam, no pós-guerra. Ou seja, no respeito a áreas de influência do imperialismo em troca do relativo silêncio deste frente à política da burocracia para as suas zonas de domínio. Segundo esta política, Stálin determinou aos PCs de vários países, como a Itália e a Grécia, que se "abstivessem" de tomar o poder no período pós-guerra, em troca da "defesa da integridade da URSS".

A visita de Reagan

A bênção do imperialismo à ditadura brasileira

A turnê do presidente norte-americano pela América Latina inscreve-se no quadro das iniciativas desenvolvidas pela burguesia ianque visando restaurar a sua hegemonia contestada. Foi justamente a eleição de Reagan, com base num belicoso plano de ampliar a fabricação de armamentos, as intervenções militares no exterior e, internamente, restabelecer as condições de lucratividade das grandes corporações que deu coerência e consistência a esta política já em vigor na administração Carter.

O avanço da revolução e as tensões nas relações interamericanas

O imperialismo americano tem hoje que enfrentar dois problemas fundamentais na América Latina. Em primeiro lugar, o sistema de relações interamericanas tem sofrido sucessivos golpes. A vitória da revolução nicaraguense, os desenvolvimentos da luta de classes em El Salvador e Guatemala, a crise econômica mundial com o seu impacto sobre as relações internacionais, o acirramento da concorrência interimperialista e, mais recentemente, a guerra das Malvinas introduziram muitos elementos de tensão nas relações entre os EUA e suas semi-colônias da América Latina, que são as formas de manifestação, no continente, da nova correlação de forças internacional entre as classes, estabelecida com a derrota americana no Vietnã.

A "doutrina Reagan", que procura globalizar a defesa dos interesses vitais da burguesia imperialista norteamericana, respondeu a estes problemas com uma escalada militarista que procura impedir a vitória da revolução em El Salvador e Guatemala e impor a contrarrevolução na Nicarágua. As farsas eleitorais montadas neste ano em El Salvador, Guatemala e Honduras não são senão maquiagens para uma política de massacre do movimento de massas em todo o istmo centro-americano.

A retirada dos "assessores" militares argentinos da região atrasou os planos de agressão à Nicarágua e obrigou a sua substituição por militares norte-americanos. Mas este processo foi rapidamente acelerado, a ponto da revista *Newsweek* de 8 de novembro dedicar sua reportagem de capa à cobertura da "guerra secreta" que está sendo preparada, desde Honduras, contra a Nicarágua.

Não é por acaso que duas das escalas de Reagan — as que seus assessores consideram mais importantes — são em Honduras e Costa Rica. No primeiro caso para estreitar ainda mais os laços com o regime que está se transformando na "fortaleza" ianque na região; no segundo para "estimular" o regime conservador deste país, que tradicionalmente não desenvolve um papel ativo nos conflitos regionais, a um maior alinhamento com a política do imperialismo ianque na região.

Também no Brasil e na Colômbia as "ameaças à segurança hemisférica" constituirão um ponto privilegiado da pauta de Reagan, onde uma postura de hostilidade ativa a Cuba, a Nicarágua e aos processos revolucionários em curso na América Central por parte destes

A visita de Reagan ao Brasil, Colômbia, Costa Rica e Honduras é uma inspeção a suas colônias latino-americanas, um gesto de aprovação à política atual destes países e uma pressão para ampliar o seu alinhamento com a política norte-americana. É, portanto, uma ameaça às massas trabalhadoras, que devem responder a este desafio.



países é colocada como contrapartida para a facilidade na obtenção de novos empréstimos necessários para o pagamento da dívida externa. Esta pressão já começou a produzir seus primeiros resultados: o Brasil apoiou, na última reunião da OEA, uma declaração chamando à retirada de todas as forças estrangeiras da América Central, sem qualificar, como antes, a presença dos EUA como uma intervenção estrangeira. O Brasil alterou até mesmo sua posição na última reunião do GATT, alinhando-se parcialmente com a norte-americana.

Crise econômica, dívida externa e protecionismo

São as questões ligadas a suas relações econômicas com os países da América Latina, enterrados em dívidas, e dos quais os EUA são o principal credor, que constituem o segundo grande problema para o imperialismo ianque.

As principais economias do continente, o Brasil, o México e a Argentina, não estão tendo condições de pagar sua dívida externa e têm que renegociá-la, obtendo novos empréstimos de instituições públicas e privadas controladas direta ou indiretamente por capitais ou pelo governo norte americano. O preço

contenção do déficit público. Não teve condições políticas apenas de alterar a política salarial e a política de subsídio à agricultura.

Passadas as eleições e tendo os responsáveis pela política econômica (em particular Delfim) declarado a sua intenção de cumprir também estes pontos das exigências dos credores externos, a vinda de Reagan é um importante "voto de confiança" aos dirigentes da "nova democracia" da América do Sul, neste momento em que as rusgas que marcaram a relação Brasil-EUA nos governos Geisel-Ford (acordo nuclear, política de "direitos humanos", fim do acordo militar Brasil-EUA) estão sendo superadas.

Mas as exigências do imperialismo são enormes e subsistem importantes pontos de atrito, o principal sendo os subsídios brasileiros às exportações. O saldo da balança comercial entre o Brasil e os EUA foi, em 1981, favorável ao Brasil em 600 milhões de dólares e de janeiro a julho deste ano de 400 milhões de dólares. Os EUA têm desenvolvido uma política econômica cada vez mais protecionista: 25% das exportações brasileiras para os EUA estão sendo sobretaxadas e ou sob investigação. O governo norte americano está retendo um bilhão de dólares do valor destas exportações como imposto.

O governo brasileiro não pode deixar de rebelar-se contra esta situação, mas os seus protestos não serão muito efetivos num momento em que os EUA interferem, mais do que nunca, na gestão de nossa economia.

A visita de Reagan simboliza todos os aspectos da submissão do governo e da classe dominante brasileira ao imperialismo, da gerência da política nacional em benefício do grande capital internacional e de seus testas de ferro nacionais. Para os trabalhadores brasileiros, como para as massas exploradas de toda a América Latina, esta situação encontra-se na raiz de sua miséria secular, da deterioração de suas condições de vida e trabalho e da ausência de liberdade para organizarem-se na defesa de seus interesses. A iniciativa do PT de constituir e animar um movimento de protesto contra a presença de Reagan no Brasil faz assim eco aos anseios mais sentidos pelas massas brasileiras e constitui, paralelamente, uma ação capaz de ampliar a consciência política e internacionalista de setores importantes da classe trabalhadora. É pois, um bom começo para o partido no período pós-eleitoral.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antônio Helder, Carlos Henrique Árabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luis Nadai, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes.

Jornalista responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte LTDA - Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros São Paulo - CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC 46.093.589 0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua da Bahia, 1148 - 12.º andar - sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas 117 - sala 1414; Vitória: Caixa Postal 1427.

Produção Gráfica: CIA, EDITORA JORUÊS, composição, fotolito e impressão - Rua Artur de Azevedo, 1977 - fones: 212-5061 - 814-4046 - 813-7031.

Nicarágua

Um caminho de fogo e ternura

No último dia 29 de setembro, o movimento de mulheres na Nicarágua completava cinco anos. Duas mil pessoas compareceram à comemoração, organizada pela Associação de Mulheres Nicaraguenses Luiza Amanda Espinoza (AMN-LAE) e centenas de outras permaneceram de fora, por falta de espaço. Aqui, reproduzimos partes do discurso do Comandante Tomás Borge, Ministro do Interior, um documento vivo sobre a realidade das mulheres nicaraguenses e sua luta.

Antes do triunfo revolucionário, a incorporação das mulheres ao trabalho produtivo era mínima. A grande maioria das mulheres estava condenada à escravidão doméstica. Quando as mulheres podiam vender sua força de trabalho, além de preencher suas obrigações no emprego, elas tinham que cumprir seus deveres domésticos para assegurar o crescimento de seus filhos. Tudo isso em um regime de miséria e opressão política imposto por uma sociedade capitalista dependente.

E sujeitas, por outro lado, à exploração do homem — os machos da espécie — que jogavam sobre os ombros da mulher o peso fundamental das tarefas domésticas, prolongando portanto, indefinidamente, sua jornada de trabalho.

E isso terminou com o triunfo da Revolução Popular Sandinista? Nós nos perguntamos. O triunfo da Revolução Sandinista eliminou o terror e abriu caminho para o processo de libertação nacional, iniciando ao mesmo tempo transformações econômicas e sociais que representam um avanço qualitativo na conquista da liberdade e do desenvolvimento.

Do ponto de vista do cotidiano, a condição das mulheres permanece fundamentalmente a mesma do passado.

Não pode ser dito, portanto, que a situação das mulheres na Nicarágua não tenha se transformado de alguma forma. Toda a sociedade tomou nas suas mãos o seu futuro e as mulheres conquistaram o direito, levando em conta a sua variada e mesmo grandiosa participação na luta revolucionária, de participar de maneira ativa no processo de transformação nacional. Contudo, todos nós temos que admitir honestamente que não enfrentamos a luta pela libertação das mulheres com essa mesma coragem e decisão.

Independentemente do fato de que as mulheres neste estágio continuem a ter a principal responsabilidade pela reprodução e o cuidado dos filhos, o peso das tarefas domésticas e da discriminação ainda pesa sistematicamente sobre elas. Do ponto de vista do trabalho cotidiano, a condição da mulher permanece fundamentalmente a mesma do passado.

É claro que atrás desta realidade objetiva há uma base econômica. As condições de vida dos trabalhadores continuam difíceis e incompatíveis com a vontade política da Revolução. Por razões que são bem conhecidas de vocês e porque apenas três anos se passaram (desde a Revolução), não foi possível atingir as legítimas expectativas de melhora das condições gerais de vida dos trabalhadores.

Isso explica por que muitas vezes as mulheres ainda são compelidas a fazer trabalhos sem remuneração, que não são computados em nenhum lugar e que não são regulados pelos direitos trabalhistas. Independente do fato de que as mulheres frequentemente têm a ajuda dos homens, a verdade é que os costumes e o nível de



Manifestação do Dia Internacional da Mulher em Manágua, 8 de março de 82

desenvolvimento de nossa sociedade impõem o trabalho dobrado à mulher. Neste sentido, as mulheres não são apenas exploradas — elas são super-exploradas. Elas são exploradas no seu local de trabalho, se trabalham. São exploradas pelos salários mais baixos e são exploradas em casa. Isto é, elas são triplamente exploradas.

O que pode ser feito para eliminar esta dramática condição das mulheres? Não há outra alternativa senão transformar a estrutura econômica básica da sociedade. Não há outra alternativa senão desenvolver uma economia que garanta a satisfação das necessidades fundamentais do nosso povo. Não há outra alternativa senão criar um aparato produtivo cujo móvel não seja o lucro individual, mas sim a satisfação das exigências de toda a sociedade, as necessidades dos trabalhadores — cujo móvel seja reafirmar e enfatizar o potencial do homem e da mulher de viverem juntos socialmente como seres humanos.

Esse processo de mudança, companheiras, é complicado, difícil e levará muito tempo. Mas vamos esperar que o desenvolvimento econômico e a transformação social tenham atingido seu ponto alto antes de começarmos a pensar a questão da mulher? Isso seria certamente uma incoerência.

Mas como podemos começar a propor a libertação das mulheres imediatamente, com todas as limitações existentes? Nós demos, como foi dito, o primeiro passo, que foi a libertação nacional. Agora, temos que dar passos concretos para garantir legalmente, no dia-a-dia, a total igualdade entre os sexos. (aplausos)

Vamos esperar o desenvolvimento econômico e a transformação social antes de começarmos a pensar a questão da mulher?

Os homens e as mulheres têm o direito e o dever de lutar — de participar na luta revolucionária. As mulheres desempenharam um papel destacado na luta de guerrilhas, na luta clandestina, com abnegação, sacrifício e dedicação (...)

As mulheres, devido a sua coragem e consciência, conquistaram e continuam a conquistar seu papel na história nicaraguense. As mulheres somavam 22% da FSLN. De todas as posições de liderança

política na FSLN, nas regiões e províncias, as mulheres ocupavam 37%. Nas posições de liderança intermediária e na infraestrutura, sua participação era de 24,6%. No Ministério do Interior, por volta de 21% dos que trabalham conosco são mulheres. Nos níveis de liderança governamental, há uma porção de companheiras com altas responsabilidades, como a Comandante Monica Baltodano e (Ministra da Saúde) Léa Guido. Quatro companheiras são vice-ministras. As mulheres estão também representadas na Suprema Corte e no Conselho de Estado.

Contudo, dos 51 representantes do Conselho de Estado, apenas sete são mulheres e as mulheres têm mais direito de ser representadas no Conselho de Estado do que simplesmente pelas sete que estão lá (aplausos). Essa situação é talvez um reflexo da participação insuficiente das organizações de massa naquele órgão. (...)

Apesar de tudo isso, apesar de todos os casos mencionados, ainda agora as mulheres não estão massivamente incorporadas nas tarefas políticas e governamentais da Revolução. Vejamos alguns poucos fatos que dizem respeito às mulheres nicaraguenses.

As mulheres trabalhadoras constituem 40,5% da força de trabalho no país. Isso significa que 180.448 mulheres trabalham fora de casa. A primeira vista, isso parece ser uma alta proporção e poderia levar a concluir que a participação das mulheres na produção é muito significativa. Contudo, se analisarmos o tipo de trabalho que as mulheres desempenham, nós vemos que uma alta porcentagem dessas mulheres são na verdade sub-empregadas e que uma outra larga faixa está empregada em serviços domésticos — trabalho que não é produtivo e que terá que ser regulamentado e limitado no futuro.

O que reflete a difícil situação das mulheres é que 83% das mulheres que trabalham também carregam sobre seus ombros o peso da manutenção econômica da casa, da educação dos filhos e o desempenho das tarefas domésticas. Oitenta e três por cento — isso é uma barbaridade! (aplausos).

Isso nos dá uma indicação de uma certa forma do alto grau de instabilidade familiar e da atitude de irresponsabilidade leviana que muitos homens assu-

mem quanto à relação do casal, para não dizer aos filhos. Nós temos todos, tanto homens como mulheres, obrigação de sermos responsáveis nas nossas relações afetivas e de sermos responsáveis com nossas obrigações familiares. A lei a que Glenda (Monterrey) se referiu, a Lei da Pensão estabelece que os homens que têm filhos devem sustentar a educação de seus filhos. É isso que diz a Lei da Pensão! (aplausos). O que nós dissemos uma vez às mulheres — nos referindo no entanto aos homens — é que aquele homem que quer ir para o céu terá que pagar por isso! (gritos, risos, aplausos) (O projeto de lei atualmente em discussão nas organizações de massa, estipula a responsabilidade parental (incluindo os divorciados, os separados e os pais não casados) em relação aos filhos, assim como a responsabilidade dos filhos em relação ao pai: inclui não apenas alimentação, mas também educação, moradia e vestuário).

E para aqueles homens que não cumprirem a Lei da Pensão, a Frente Sandinista e a Direção Nacional responderão com toda a força e o Ministério do Interior está aqui para tomar as medidas necessárias (aplausos).

Uma alta porcentagem das mulheres que trabalham são subempregadas ou empregadas domésticas.

Eu vejo que os homens não estão aplaudindo com muito entusiasmo. (risos). E alguns não estão nem mesmo aplaudindo. (mais risos). E mais adiante eu vejo alguns que curvam a cabeça preocupados. E, em relação a isso, não haverá exceções, não importa quem esteja envolvido. Como podemos deixar de considerar seriamente a igualdade das mulheres se formos minimamente justos com seu esforço, seu sacrifício e seu heroísmo? Como podemos deixar de garantir sua participação na vida social, no trabalho e na liderança política do país? Como podemos deixar de garantir que a mulher possa ser tanto mãe quanto trabalhadora, tanto mãe quanto estudante, tanto mãe quanto artista, tanto mãe quanto líder política, tanto cumprir todas as tarefas que a Revolução exige dela e ao mesmo tempo cumprir o belo trabalho de uma mãe dedicada, capaz e amorosa?

Uma resposta concreta a essas perguntas só será possível na medida em que as tarefas individuais das mulheres forem socializadas. É a sociedade que deve prover as creches necessárias, as lavanderias, restaurantes populares e outros serviços que libertarão realmente as mulheres das tarefas domésticas. Isso não é fácil. Até agora, a Revolução só pôde construir 20 creches — obviamente um número insuficiente. O problema que o custo de construção, equipamentos e manutenção é muito alto. Com todas as dificuldades econômicas que imperram nosso país, é impossível nos orientarmos para a criação massiva destas creches.

E, contudo, devemos fazê-lo — não apenas para capacitar as mulheres a se dedicarem a tarefas produtivas, sociais e

culturais — mas também para assegurar que a educação integral de nossas crianças seja tão boa quanto possível. Como podemos fazer isso? Como podemos suplantiar essa contradição entre o possível e o necessário?

Devemos procurar respostas audaciosas, creio eu — respostas baseadas não apenas em considerações puramente orçamentárias, mas na iniciativa, organização e esforço das massas. Aqui a AMN-LAE deveria ser a ponta de lança e a coordenadora dessas iniciativas fundamentalmente em acordo com os CDS's (Comitês de Defesa Sandinista). (...)

Por outro lado, a Revolução deve garantir o pagamento igual para homens e mulheres e ao mesmo tempo abrir as portas da produção para a participação das mulheres em novos campos de desenvolvimento, tanto na indústria quanto na agricultura.

Já demos os primeiros passos para garantir essa participação igual. Para assegurar o cumprimento do princípio "salário igual para trabalho igual" fizemos os decretos 573 e 583 para o setor rural. Esses decretos pela primeira vez estabelecem normas para o trabalho agrícola do café e do algodão e determinam que todo aquele acima de 14 anos, homem ou mulher, seja pago diretamente. Porque antes da vitória, apenas o chefe da família recebia os salários pela família — os jovens e as mulheres não eram tratados como verdadeiros trabalhadores.

Mas o importante é que fiscalizamos a execução das leis criadas pela Revolução para garantir a igualdade entre homens e mulheres. É por isso que vamos sustentar entusiasticamente a criação de um órgão de ajuda legal pela AMN-LAE. (...)

É bom lembrar entretanto que o desenvolvimento econômico por si só não levará à libertação das mulheres, assim como apenas a organização das mulheres não será suficiente. Temos que lutar contra os hábitos, costumes e preconceitos dos homens e das mulheres. Temos que desenvolver uma luta ideológica difícil e prolongada — uma luta que beneficia tanto homens quanto mulheres.

Os homens precisam superar uma grande quantidade de preconceitos.

É a sociedade que deve prover as creches, as lavanderias e os restaurantes populares.

Conhecemos companheiros que são revolucionários nas ruas, nos seus locais de trabalho, nos seus batalhões de milícia — em todos os lugares — mas são senhores feudais em sua casa. (aplausos) (...)

Estes companheiros e todos nós em nossas casas devemos — nós devemos — nos converter em companheiros das mulheres, em professores e alunos das mulheres, compartilhando a educação política com elas, compartilhando no que for possível as tarefas domésticas (aplausos), o amor e o cuidado com os filhos, o amor e a defesa da revolução (aplausos).

A igualdade entre os homens e as mulheres não deve levar à diminuição do respeito por elas. A cortesia não é um atributo das classes exploradoras. O cavalheirismo não é propriedade privada da burguesia. Devemos criar uma nova cortesia e um novo cavalheirismo revolucionário. O cavalheirismo e a cortesia sandinistas do homem em relação à mulher (aplausos). (...)

A igualdade não significa tampouco falta de galanteria. Temos que criar uma galanteira sandinista (aplausos), cheia de bom gosto, delicadeza e respeito pela mulher. Reconhecendo não só os seus

méritos inegáveis, mas a sua coragem em todos os testes, sua tenacidade e heroísmo que foram demonstrados e continuam a ser demonstrados na defesa do país.

A constituição da AMN-LAE, que surgiu da AMPRONAC (Associação Nacional das Mulheres pela solução dos Problemas Nacionais), é uma conquista das mulheres que só seria possível na Revolução. É importante lembrar que a AMN-LAE surgiu da AMPRONAC no estágio final da luta armada. Antes dela, outros grupos se formaram e não tiveram sucesso, em atrair um grande número de mulheres, por razões relacionadas ao desenvolvimento do momento revolucionário.

Atualmente, se considerarmos o caminho desenvolvido pela AMN-LAE desde o momento da sua fundação torna-se evidente que a atividade desprendida das companheiras atingiu avanços quantitativos e em alguns aspectos qualitativos. Em relação às tarefas atuais e principalmente em relação ao Estado de Emergência, a participação das mulheres aumentou notavelmente. O trabalho dos Comitês de Mães dos Heróis e Mártires em denunciar os crimes dos inimigos e os planos de agressão à Nicarágua tem sido relevante.

No entanto, nas milícias, por exemplo, a presença de mulheres varia geograficamente. Em Manágua, as mulheres são 14% dos membros da milícia, mas em lugares como León a sua participação é muito baixa. (...)

Temos que lutar contra os hábitos, costumes e preconceitos dos homens e das mulheres

O planejamento de campanhas foi mais efetivo — por exemplo em torno ao Encontro Continental de Mulheres (uma conferência internacional pela paz que reuniu mulheres de 67 países, em Manágua, entre 24 e 26 de março de 1982) e o terceiro aniversário (da Revolução). A publicação de um boletim foi um passo decisivo em direção ao crescimento da consciência sobre os problemas da mulher. (...)

Seria um erro, no entanto, considerar tais conquistas como satisfatórias. A Revolução exige que enfrentemos as deficiências que limitam o desenvolvimento da AMN-LAE incisivamente. Os laços entre a liderança da Associação e as bases não são suficientes. Às vezes as



83% das mulheres que trabalham fora sustentam sozinhas a si e aos filhos.

linhas gerais de ação são avançadas sem serem seguidas de tarefas concretas específicas. Não existem formas e mecanismos adequados para assegurar a participação ativa das mulheres no trabalho da Associação.

Isso resulta às vezes em improvisação e amadorismo no trabalho. É claro que isso não é apenas um problema da AMN-LAE, mas um problema de todas as organizações de massa, e é parte do processo de desenvolvimento da nossa Revolução.

Mas a nossa sociedade revolucionária deve partir de uma premissa fundamental — a participação ativa, consciente e permanente de todos os homens e mulheres não apenas nos aspectos diretamente relacionados com a vida diária, mas também na determinação do curso de nossa Revolução.

Se as massas participam nos seus locais de trabalho, nos seus bairros, nas suas escolas e nas suas organizações, então, esta Revolução caminha em direção a uma sociedade revolucionária, onde a alienação do homem dará lugar à dignidade do homem.

A Associação de Mulheres Nicaraguenses, por exemplo, deve promover a participação massiva das mulheres. Eventos como a discussão no Conselho de Estado sobre o código da família devem servir como fonte de grandes discussões entre as mulheres em cada local de trabalho e bairro. Isso não significa que os homens não devam discutir-lo também, estamos apenas enfatizando que a Associação deve, através de campanhas massivas, usando todos os meios de comunicação disponíveis, promover a discussão entre as mulheres. (...)

Devemos considerar que a análise deste problema concreto não significa apenas conhecer um aspecto particular, como a legislação, mas avançar o processo de politização das mulheres como um todo. Se não fizermos isto, nossos homens e mulheres não serão capazes de levar às últimas conseqüências o processo de libertação.

Atualmente, a Associação das Mulheres Nicaraguenses deve ser mais um grande movimento do que uma organização — um grande movimento que encoraje a participação das mulheres nas várias organizações de massa, nos CDSs, na Juventude Sandinista, na Associação dos Trabalhadores Rurais (ATC), na CST (Confederação Sandinista dos Trabalhadores) — e que ao mesmo tempo agrupe as mulheres em torno a sua especificidade, que é a sua condição de mulheres.

A tarefa central da Associação deve ser a integração de todas as mulheres na Revolução, sem distinção.

Deve ser um movimento amplo e democrático de propaganda, educação e agitação, que encoraje as mulheres a desempenharem um papel ativo nas transformações econômicas, políticas e sociais do país. A mulher camponesa, por exemplo, é um camponês e como tal tem necessidades específicas. Mas ela é também uma mulher — da mesma forma que a mulher operária, a mulher miliciana, a mulher dona-de-casa, a mulher estudante, a mulher profissional e assim por diante.

A clareza deste duplo papel é a chave do desenvolvimento da AMN-LAE. Uma outra tarefa imediata da Associação — acreditamos — é aprofundar a análise da condição da mulher nicaraguense, lutar pela incorporação massiva das mulheres no trabalho produtivo, reivindicar o direito das mulheres de participar mais amplamente na produção, de participar mais amplamente na direção do governo, das organizações de massa e da Frente Sandinista (aplausos).

E certificar-se que as bolsas de estudo sejam dadas em número considerável às mulheres, o que em larga medida já acontece. (...)

Companheiras: nossa direção nacional saúda as mulheres nicaraguenses com profundo respeito e afeto. Afirmamos que não consideraremos revolucionário aquele que não esteja pronto a lutar contra a opressão das mulheres. (aplausos) Não seríamos sandinistas se na nova sociedade não fizessemos das mulheres um de seus pilares fundamentais. (aplausos) Se somos revolucionários e mesmo se somos homens, devemos estar com a Associação (ovação). De Conchita Alday e Blanca Arauz (que lutaram com Sandino) a Luiza Amanda Espinoza (primeira mulher sandinista morta em combate) as mulheres construíram um caminho de fogo e ternura que deu vida e cor a nossa revolução. As mulheres nicaraguenses não deram ao país apenas o fruto de seu ventre, mas também o seu entusiasmo e coragem — com desprendimento, sem limitações.

Uma revolução com estas mulheres é uma revolução que não será derrotada por ninguém — que marchará invencível rumo a novas manhãs (aplausos). É importante que os imperialistas saibam, que os assassinos da Guarda Nacional saibam, que os traidores da nação saibam que na Nicarágua se defrontarão não apenas com os homens, mas também com as mulheres (aplausos). E estas mulheres! Mulheres que abandonaram o perfume das flores pelo da pólvora — mulheres que são tão férteis nos seus úteros como na sua consciência revolucionária.

Não consideraremos revolucionário aquele que não estiver pronto a lutar contra a opressão das mulheres.

Imperialistas e burgueses, vocês terão que enfrentar essa doce muralha de granito (aplausos). Burgueses e traidores, aqui estão nossas mulheres, irmãs de Arlem (Siu, sandinista morta pela Guarda Nacional em 1975) e Claudia (Chamorro, assassinada nas montanhas) e Luiza Amanda! (aplausos) Aqui estão as irmãs de Luiza Amanda, destacando-se em ternura e heroísmo, com suas mãos acariciando a delicada pele de seus filhos, com seus olhos abertos e atentos, com seus dedos no gatilho dos revólveres e com os gritos de guerra em seus lábios! Deixemos os imperialistas ianques ouvir este grito em toda a sua magnitude — esse grito também a burguesia deve ouvir o grito de "Pátria livre..." (O público grita) "... ou morte!" (Traduzido do Barricada de 4 de outubro de 1982)

Atenção Petistas! Vem aí o segundo Encontro do PT sobre o Movimento de Mulheres

Ao final do primeiro encontro, realizado em São Paulo, nos dias 19 e 20 de junho, ficou aprovada a realização do Segundo Encontro Nacional do PT sobre Movimento de Mulheres. A sua preparação ficou a cargo de uma comissão composta de duas representantes por cada Comissão Estadual, que deverá se reunir pela primeira vez em Belo Horizonte, nos dias 11 e 12 de dezembro. A Comissão de Mulheres do PT de Minas, pede que os estados confirmem a sua presença até o dia 4 de dezembro pelo telefone (031) 337-0803.

Diadema-SP

O poder municipal é dos trabalhadores

Gilson Menezes, ex-diretor cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo é o novo prefeito de Diadema eleito pelo PT com 23.310 votos (32%) numa acirrada disputa com o PMDB e o PTB. Numa entrevista exclusiva ao *EM TEMPO* Gilson fala da campanha, da cidade e dos planos da gestão petista.

Gilson Luiz Correia de Menezes nasceu na cidade de Miguel Calmon, no sertão do estado da Bahia. Tem 33 anos de idade, ginásio completo, é casado e pai de três filhos. Veio para São Paulo ainda menino aos 11 anos de idade e logo em seguida, aos 12, começava a trabalhar, inicialmente na capital, no bairro do Ipiranga, numa fábrica de peças de bicicleta. Nos anos seguintes trabalha também na Isopor, na Petri (quando faz curso profissionalizante de tornearia mecânica, inspeção e controle de medidas e ferramentaria) na Mercedes e finalmente na Scania em São Bernardo do Campo que é quando inicia propriamente sua atividade sindical. Em 1975 Gilson começa participando de comissões para reivindicações dentro da empresa, em 76/77 entra na campanha salarial e na luta pela reposição dos índices roubados por Delfim em 73 (que foi o preâmbulo da grande greve de 78) e em 1978 é eleito como delegado de base na chapa que reconduz Lula à direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Foi justamente na Scania que se iniciou o surto grevista de 78 e desde então Gilson, juntamente com toda a diretoria do sindicato que posteriormente veio a ser cassada, liderou o nascimento e as lutas do movimento sindical autêntico do ABC. Na mesma trilha, participou da fundação do PT, e integrou-se no partido em Diadema, lá reside há mais de 10 anos, desde que se casou com uma companheira também metalúrgica.

Dentro do PT Gilson se destacou como uma de suas lideranças mais consequentes e combativas, intransigente na idéia inicial de um partido sem padrões, estruturado fortemente nos núcleos, e voltado para a intervenção na luta de classes. Por isso mesmo, seguidas vezes se colocou em frontal oposição às pressões reformistas e parlamentaristas que se abateram sobre o PT paulista. Pois, segundo Gilson, "a grande perspectiva do PT é afirmar mais e mais profundamente seu caráter de partido classista".

— Como foi o lançamento de sua candidatura a prefeito e o andamento da campanha aqui em Diadema?

— Até na hora da pré-convenção não tinha nada resolvido. Alguns companheiros achavam que eu, como ex-diretor do Sindicato, deveria sair para prefeito da cidade; outros achavam que o melhor seria deputado. Muita discussão daqui e dali e no final a maioria votou prá prefeito. A partir daí, todos se uniram em torno da decisão, recebi grande apoio de todos os vereadores e partimos pro pau. Nossa campanha se destacou por ser muito unificada, comparada com a maioria das demais dentro do partido. Nisto é que esteve a chave da questão para explicar nossa vitória aqui em Diadema num quadro geral onde o PT se saiu mal nas disputas pelas prefeituras. Aqui o partido agiu coeso, e por isso mesmo muito forte. É claro que sempre há algum probleminha; não pode se dizer que foi uma campanha perfeita deste ponto de vista. Mas nós temos que levar em conta que a sociedade é que incute nas pessoas um grande individualismo e que por vezes isso aparece também dentro do PT. Agora, relativamente, nossa campanha foi a mais unitária das muitas de que eu tive notícias. Ninguém levantou a questão de usar a sublegenda, o grosso do trabalho de propaganda foi feito na base dos mutirões — quando dezenas de petistas saíam juntos pela cidade percorrendo os bairros e, de



casa em casa, discutindo a proposta do partido e levando material unificado com o nome de todos os candidatos a vereador.

— Estas seriam as razões internas ao PT que favoreceram a vitória. E do lado externo, a cidade de Diadema tem características distintas, por exemplo, das demais do ABCD, que explicariam a conquista da prefeitura aqui?

— Do lado dos adversários aqui em Diadema não se pode dizer que eram fracos; pelo contrário, eram vários nomes muito

A campanha do PT aqui em Diadema foi a mais unitária de que tenho notícia em todo o país.

conhecidos e fortes na cidade. Pelo lado do dinheiro jogaram pesado e neste aspecto o que se pode dizer do PT é que a campanha em Diadema foi das mais pobres do partido. Nossa sede não tem sequer um telefone ou funcionário em tempo integral. Então também não é por aí que está nossa vitória. Eu acho que uma coisa de diferente talvez seja que nossa cidade tem uma concentração operária maior que as demais cidades do ABCD se olhamos pelo lado do domicílio. Muitos operários de São Bernardo residem aqui em Diadema. Aqui a concentração é maior e é por isso mesmo que a cidade é mais pobre, muito mais pobre mesmo, que São Bernardo ou Santo André. Aqui, um terço da população é favelado mesmo, na maior miséria. Mas eu acho que o principal foi nossa campanha unitária. Foi isso que nos deu a vitória.

— E qual a plataforma de vocês para o município?

— Veja, o centro político da nossa campanha foi não fazer promessas. Diferente dos políticos convencionais nós não fomos ao povo com promessas disso ou daquilo. Falamos contra a corrupção, por uma administração honesta, pela participação efetiva dos trabalhadores nas decisões através de conselhos populares, da necessidade de o povo votar num partido diferente, dos próprios trabalhadores, etc.

E agora vai ser isso mesmo. Apesar de todas as pressões que vamos sofrer. Vai acabar a corrupção aqui em Diadema, vão acabar as mordomias, os trabalhadores é que vão ditar as coisas e ao seu jeito. A sociedade dominante local já começa a ficar chocada. É o desespero dos poderosos que estão perdendo agora suas posições, que apenas reconheciam que iam fazer uma bela votação mas que jamais

imaginaram nossa vitória. Nas mínimas coisas eles estão apavorados. Minhas declarações aqui dizendo que o prefeito não mais vai ser Vossa Excelência mas sim Companheiro, isto apenas, é algo jamais imaginado por eles e tido como quebra grave da autoridade. Por aí já se vê o que iremos enfrentar quando por exemplo abrirmos uma sindicância para apurar toda a corrupção das administrações anteriores. Mesmo que não consigamos provar (pois no mais das vezes a coisa é na base de comissões por fora) nós vamos conseguir dar uma idéia pro povo de como era a mamata dos poderosos.

— A questão central da proposta petista para as prefeituras é o Conselho Popular. Como vocês pretendem concretizar esta proposta? Como os Conselhos vão se relacionar com uma Câmara de vereadores onde o PT tem 6 num total de 17?

— Nosso pensamento é discutir nos conselhos as propostas e daí encaminhá-las à Câmara, chamando a população a participar das discussões no Legislativo. Pretendemos que o partido inclusive monte uma pequena gráfica (com as contribuições dos vereadores e minha de 50% dos nossos salários o que, só no meu caso significará uma quantia de Cr\$ 230 mil para o PT) e edite regularmente boletins pondo toda a população informada de tudo o que se passa na política da cidade. Haverá uma enorme politização aqui em Diadema. No caso dos conselhos pretendemos discutir a proposta nas bases; em seguida convocar assembléias nos bairros para a eleição dos conselhos de bairro dos quais sairão representantes para o conselho geral da cidade. São mais ou menos uns 30 bairros aqui em Diadema; os conselhos de bairro por exemplo poderiam ter cerca de 20 a 30 membros cada, saindo daí uns 3 para o geral que teria assim cerca de 100 membros.

O centro de nossa política está na administração por meio dos conselhos populares.

— Vocês já tem uma proposta estatutária para o funcionamento destes conselhos?

— Não, vamos ter que discutir tudo. Temos idéias sobre alguns pontos; o mandato deveria ser de um ano, revogável a qualquer momento. Um ponto é saber se os outros partidos participarão ou não. Eles estão abismados com a idéia em si do conselho. Mas se não participam e a coisa dá certo ficam marginalizados. Se participam podem ficar comprometidos. Ainda não sei o que será da parte deles. Há alguns vereadores do PMDB que tem manifestado uma certa disposição de trabalhar junto, mas o fundamental para o sucesso na tramitação legislativa será a pressão popular organizada.

O exemplo de Diadema lançará muitas lições e muitas contribuições para dentro do partido.

— Pra finalizar, que repercussão esta conquista da prefeitura deverá ter externamente tanto sobre o PT como sobre o movimento popular?

— A nível do movimento popular impulsionaremos sua organização e politização; por exemplo não vamos abandonar o movimento sindical, pelo contrário a prefeitura deve ajudar. Pode criar locais para reuniões amplas, há mil formas de incentivar as lutas. Além disso acredito que daremos um grande exemplo para todo o Brasil sobre como tratar as questões municipais, os problemas de abastecimento de gêneros de primeira necessidade, a formação de mutirões para a construção de obras e moradias, a melhoria do transporte, a alfabetização, a saúde, uma política salarial mais equitativa para o funcionalismo público etc.

A nível do PT, sem nenhuma pretensão exagerada de minha parte, eu creio que o exemplo de Diadema lançará algumas lições para dentro do PT. Nosso exemplo de humildade e unidade no trabalho contra o personalismo e o individualismo, nosso exemplo de defesa de uma proposta mais avançada para o partido etc. São coisas diante das quais muita gente vai ter que se curvar e aprender lições. Eu sou otimista, e creio enfim que daremos uma grande contribuição à luta dos trabalhadores e à construção do PT.

A cidade

Diadema, uma das cidades que compõem o ABCD paulista, com 23 anos de emancipação conta atualmente com 300 mil habitantes. A mais pobre das quatro irmãs, a cidade tem, segundo dados da prefeitura, um terço de sua população residindo em favelas. Fruto de um crescimento desordenado dentro de uma política de incentivo à industrialização, ao longo da década de 70 a cidade foi inundada de micro-indústrias. Esgotos a céu aberto e detritos lançados pelas fábricas circulam por toda a cidade poluindo cada vez mais a represa de Billings. Por falta de planejamento também a rodovia dos Imigrantes corta a cidade ao meio com um

intenso fluxo de veículos conturbando ainda mais a vida urbana. Diadema recebe uma média de 5 famílias de migrantes por dia, tem uma taxa de mortalidade infantil de 197 por mil, apenas 25% da cidade tem rede de esgoto e só as ruas do centro são pavimentadas.

Para enfrentar todos estes problemas a cidade, que é a 11.ª do estado em arrecadação de ICM, conta para 83 com um orçamento de Cr\$ 7 bilhões, dos quais três quartos já estão comprometidos com dívidas e o quadro de 2 mil funcionários, restando apenas um quarto dos recursos para a aplicação segundo as prioridades que se venha a fixar.